

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Prestar serviços de saneamento de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Para nós, prestar serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto de qualidade é garantir que o cliente seja atendido com segurança, regularidade, quantidade necessária e preços justos, visando à promoção da saúde e à proteção do meio ambiente. Para nós, desenvolvimento econômico, social e ambiental é aquele capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer os recursos necessários para atender as gerações futuras. **Missão da CESAN**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2020 trouxe desafios impensados com a pandemia da Covid-19 que assolou a economia, a ciência e a vida humana. Foi preciso agir rapidamente para preservar pessoas, adaptar rotinas, modificar processos e manter a prestação de serviços que se tornaram ainda mais essenciais no enfrentamento ao novo coronavírus. A operação ininterrupta da Companhia foi assegurada em prol da vida dos mais de 2,4 milhões de capixabas que contam com os serviços da CESAN. O trabalho não parou.

À frente do novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, introduzido por meio da Lei nº 14.026/2020, a CESAN demonstrou solidez, planejamento e organização, pois possui contratos de concessão e de programa para prestação dos serviços públicos de saneamento básico que permaneceram em vigor e que são capazes de atender as metas de desempenho e de universalização dos serviços, na forma legalmente prevista. Ademais disso, a CESAN já adota princípios que orientam seus planejamento e gestão, como é o caso da regionalização de alguns serviços de saneamento. Igualmente, para garantir suas operações e a melhor entrega dos serviços à população consumidora de seus serviços, possui parcerias público-privadas já leiloadas e em andamento, dentre outras mudanças para aprimorar a Companhia e os serviços.

Toda essa solidez e compromisso com o saneamento básico capixaba demonstram, também, que está preparada para assumir novas concessões no estado e para além dele. As peças financeiras que compõem este relatório evidenciam tal declaração. Com uma gestão participativa e transparente, a Companhia atende, ainda, ao propósito de entrega de serviços de saneamento com responsabilidade social.

Assim, mesmo em um ano de pandemia e de crise econômico-financeira decorrente da Covid-19, onde houve necessidade de ampliação da responsabilidade social da Companhia para colaborar com a saúde de todos, por meio de fornecimento de água e de esgoto tratados, a receita operacional cresceu 1,1% em relação ao exercício anterior.

Nos últimos dois anos (2019 – 2020) foram investidos cerca de R\$ 510 milhões na expansão e na modernização dos sistemas para garantir a qualidade da água fornecida e a coleta e o tratamento de esgoto nos 53 dos 78 municípios onde a Companhia está presente.

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou a operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Orla do Município de Aracruz e ali foram iniciadas também as obras do sistema de reforço no abastecimento de água do Distrito de Santa Cruz e adjacências. Assim, foram investidos naquele Município o montante inicial de R\$ 7 dos R\$ 150 milhões que serão investidos ao longo dos 30 anos de concessão contratada.

Desde 2015, a CESAN vem melhorando os serviços no Município de Serra, operando por meio de uma Parceria Público-Privada (PPP), e este modelo de sucesso operacional também foi levado para o Município de Vila Velha. Em 2020, a partir das experiências de melhoramento nos municípios da Serra e Vila Velha, foi lançado com sucesso o certame internacional para igual contratação de PPP para o Município de Cariacica. O leilão ocorreu na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo) e foi concluído com êxito.

O contrato com o novo parceiro privado foi assinado e a operação teve início no dia 1º de abril de 2021. Até o final do plano serão beneficiadas mais de 402 mil pessoas, com um investimento superior a R\$ 829 milhões. Isso irá alavancar a universalização do serviço de esgoto tratado da Região Metropolitana da Grande Vitória até 2033, onde estão situados os três municípios citados e que possuem operações executadas em Parceria Público-Privada.

Outra meta alcançada em 2020 foi a retomada e a conclusão do processo licitatório para contratar o maior empreendimento previsto no Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem: as obras dos sistemas de esgotamento sanitário do município de Vila Velha.

Com o financiamento firmado com o Banco Mundial para atender a esse Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem, serão aplicados mais de R\$ 418,7 milhões e o público a ser alcançado é de mais de 115 mil moradores. O contrato firmado em 2020 atende a mo-

dalidade *Turnkey*¹, mesma já contratada para os municípios de Viana e Cariacica e que já estão em andamento.

Com a aplicação dos recursos contratados em 2020 junto às instituições Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco Mundial, Orçamento Geral da União (OGU) e Recursos do Tesouro Estadual (lucro reinvestido), além de recursos próprios, serão investidos cerca de R\$ 2,5 bilhões nos próximos cinco anos em obras sanitárias estruturantes, que elevarão a cobertura do esgoto tratado de 68%, em 2020, para 90%, em 2025, antecipando em oito anos a universalização definida pelo novo Marco Regulatório do Saneamento Básico.

A atuação responsável do capital humano da CESAN, dos 307 fornecedores com contratos ativos e das parcerias público-privadas contribuiu para fortalecer o elo de confiança com acionistas, clientes e poderes concedentes, mantendo o desempenho sustentável da CESAN.

A credibilidade da Companhia foi alicerçada pelos acionistas, empregados, fornecedores, parceiros, clientes e pela sociedade em todas as suas representações, e isso estimula a execução de um planejamento ainda mais arrojado, orientado pelas diretrizes éticas e de gestão socialmente responsável.

Por essas ações e desafios, a Diretoria da CESAN agradece a confiança e a colaboração de todos que trabalharam durante o desafiador ano de 2020 e conservaram juntamente com esta Diretoria o otimismo e a confiança para 2021 e os anos que se seguirão pelo caminho certo e sólido até então construído, com avanço, segurança e responsabilidade.

1 *Turnkey ou chave na mão é uma modalidade de aquisição, pública ou privada, na qual o provedor do bem fica obrigado a entregá-lo em condições de uso imediato. As especificações, o preço e o prazo de entrega são definidos no processo de contratação.*

SOBRE A CESAN E O ANO DE 2020

1. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da CESAN atende ao que dispõe a Lei 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais – e, em especial, observa as boas práticas de gestão de risco, códigos de conduta, e formas de fiscalização pelo Estado do Espírito Santo e demais acionistas, além da sociedade.

A estrutura é formada pelo Conselho de Administração, Diretoria Colegiada, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Independente, além de Auditoria Externa Independente e contratada por meio de processo seletivo público.

O Conselho de Administração é o mais alto órgão de governança corporativa da Sociedade de Economia Mista – CESAN – e os seus membros são detentores de mandatos unificados de dois anos, com possível recondução por mais um período de igual duração. O ano de 2020 encerrou com a seguinte composição:

Composição do Conselho de Administração (CA) da CESAN

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico	Presidente
Pedro Meneguetti*	Conselheiro
Carlos Aurélio Linhalis	Conselheiro
José Marcos Travaglia	Conselheiro
José Alves Paiva	Conselheiro
Marcelo Campos Antunes	Conselheiro
Fabiano Venturim Canal**	Conselheiro

*Integrante independente

**Representante dos empregados

Os Conselheiros do Conselho de Administração, assim como da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, todos detentores de mandato, têm a escolha confirmada e, sendo depois analisada a conformidade do processo de indicação e de avaliação dos conselheiros, administradores e auditores pelo Comitê de Elegibilidade e Indicação da CESAN para assegurar independência, compromisso com a empresa e integridade ética na forma da lei.

Composição do Conselho Fiscal (CF) da CESAN

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza	Conselheiro
Davi Diniz de Carvalho	Conselheiro
Manoel Virgílio Araújo	Conselheiro

Além disso, os citados conselhos de Administração e Fiscal contam com apoio do Comitê de Auditoria, Auditoria Interna e Auditoria Externa, todos independentes e também submetidos à análise de independência, integridade e comprometimento com a continuidade da Companhia.

A Diretoria Colegiada da CESAN concluiu o ano de 2020 com a seguinte composição:

Composição da Diretoria Colegiada da CESAN

Carlos Aurélio Linhalis*	Diretor Presidente
Pablo Ferrazo Andreão	Diretor de Engenharia e Meio Ambiente
Rodolpho Gomes Có	Diretor Operacional
Weydson Ferreira do Nascimento	Diretor Administrativo e Comercial

*Responde também pela Diretoria de Relações Institucionais

A Diretoria Colegiada da CESAN, no ano de 2020, empreendeu esforços para aprimorar a gestão de processos e de pessoas, com o propósito de fortalecer as relações com os acionistas, empregados, fornecedores, clientes, parceiros e a sociedade em todas as representações, fomentando um modelo colaborativo, acessível e transparente.

O desempenho operacional e estratégico é avaliado em reuniões dos Comitês Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e de Gestão Estratégica das Diretorias. Mensalmente, o Relatório de Planejamento e Gestão, que contém informações sobre os principais resultados econômico-financeiros, orçamentários e indicadores empresariais, é enviado ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal, à Diretoria e, também, disponibilizado no Portal Corporativo, com acesso para todos os empregados e sindicato, conferindo transparência e prestando contas dos atos da gestão.

Igualmente em 2020, o Código de Conduta e Integridade foi revisado e 93,5% da força de trabalho realizaram a capacitação on-line na Educ@, uma plataforma de educação a distância criada para contribuir com a formação e o desenvolvimento profissional dos empregados.

A implementação do projeto de medição digital de contratos deu celeridade aos trâmites, aumentou a segurança da informação com a rastreabilidade dos processos, e reduziu custos operacionais e o impacto no meio ambiente com a menor produção de resíduo sólido.

Com a nova estrutura da área comercial, o cliente CESAN passou a ter uma equipe voltada para um atendimento cada vez mais qualificado e ágil. A comunicação direta por meio de mensagens de texto (SMS) estreitou o contato da empresa com o cliente. Uma iniciativa de vanguarda nas empresas de saneamento no país.

O próximo passo será o atendimento direto nas mídias sociais, com as cautelas próprias da Lei Geral de Proteção de Dados, que vem sendo debatida e implementada, juntamente com a ampliação dos canais de comunicação e a presença digital da Companhia. Os demais serviços comerciais, como hidrometria, cadastro e adesão às redes de esgotamento sanitário, foram compostos numa outra gerência, a de Desenvolvimento e Serviços Comerciais, formalizando um arranjo de atuação integrada e especializada no relacionamento com os clientes.

2. CONCESSÕES E INVESTIMENTOS EM ÁGUA E ESGOTO

A CESAN iniciou a operação dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário da Orla do Município de Aracruz em agosto de 2020, aumentando para 53 o número de concessões de serviços no Espírito Santo.

Para atender o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) da região litorânea, que tem em seu escopo as atividades de captação, adução e tratamento de água bruta; adução, reservação e distribuição de água tratada; coleta e transporte para tratamento e disposição final de esgotos sanitários; medição de consumo, faturamento e entrega das contas de água e esgoto para atender cerca de 40 mil moradores das localidades de Balneário do Sauê, Barra do Riacho, Barra do Sahy, Caieiras Velhas, Coqueiral, Mar Azul, Porto Santa Cruz (Itaparica), Praia dos Padres, Putiri, Rio Preto, Santa Cruz e Vila do Riacho, serão aplicados cerca de R\$ 150 milhões ao longo de 30 anos.

No município de Brejetuba, região serrana do estado do Espírito Santo, mais de 600 pessoas foram beneficiadas com a ampliação do sistema de abastecimento de água. O investimento contemplou os bairros Vila Cedro, Madalena e Amizade. Foram investidos R\$ 622 mil na construção de 6.100 metros de redes de distribuição e 248 ligações de água, que permitem a conexão dos imóveis às redes daquele município.

Os sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Castelo também receberam obras de melhorias para atender aproximadamente 1.400 pessoas. Com investimentos de mais de R\$ 1 milhão, os trabalhos contemplaram as localidades de Niterói, Vila Barbosa, Cachoeira Grande, Aracuí (Botafogo), Cava Roxa e Garage.

Na Região Metropolitana da Grande Vitória, o município da Serra vai receber mais de R\$ 100 milhões em obras estruturantes de saneamento. Com a entrega das obras de modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Manguinhos e a implantação de 72 novos quilômetros de redes coletoras, o município já recebeu mais de R\$ 70 milhões. A assinatura da Ordem de Serviço para ampliar a ETE foi assinada e as obras para dobrar a vazão da Estação terão início já em 2021, com previsão de término no primeiro semestre de 2023. Serão R\$ 34,4 milhões para beneficiar mais de 122 mil moradores dos bairros Carapebus, Bicanga, Ourimar, Jardim Limoeiro, Cidade Continental, São Diogo, Chácara Santa Luzia, Valparaíso, Laranjeiras e Manguinhos.

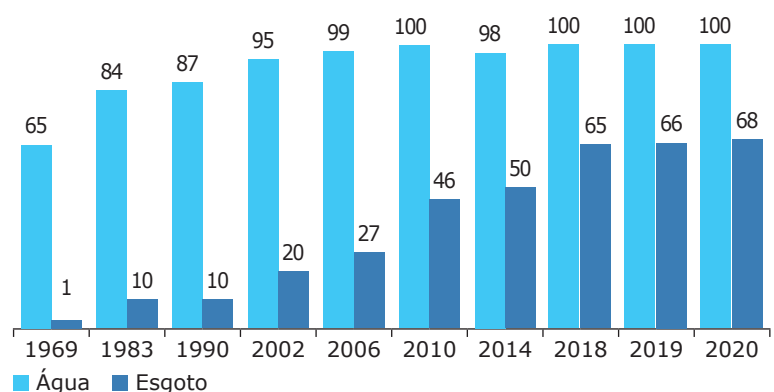
As obras de expansão do Sistema de Esgotamento Sanitário da cidade Viana foram concluídas. Recursos no montante de quase R\$ 11 milhões, provenientes da CESAN e do BNDES, foram destinados para construir 10.340 metros de rede coletora; 785 unidades de ligações prediais; uma elevatória de esgoto bruto; 20 metros de emissário de esgoto bruto; uma estação de tratamento de esgoto (14 l/s) e 12 metros de emissário de esgoto tratado para os moradores dos bairros Centro, Santo Agostinho, Santa Teresinha e Nova Viana. Até o final do plano em 2040, tem-se a previsão de atender 6.060 habitantes da região.

A Região Noroeste do Espírito Santo também recebeu obras estruturantes e melhorias nos sistemas operacionais. O município de Pancas recebeu a implantação do sistema de esgotamento sanitário. O empreendimento teve a obra iniciada em 2017 e a conclusão no ano passado. Ao todo foram empregados R\$ 15,4 milhões para atender todos os bairros da sede do município, cerca de 7.380 moradores. Foram construídos 476 metros de emissário de esgoto tratado, uma unidade de estação de tratamento de esgoto (ETE vazão 14 l/s), mais de 1.600 unidades de ligações prediais, 24.881 metros de rede coletora, quatro unidades de elevatória de esgoto bruto e mais de 1.700 metros de emissário de esgoto bruto.

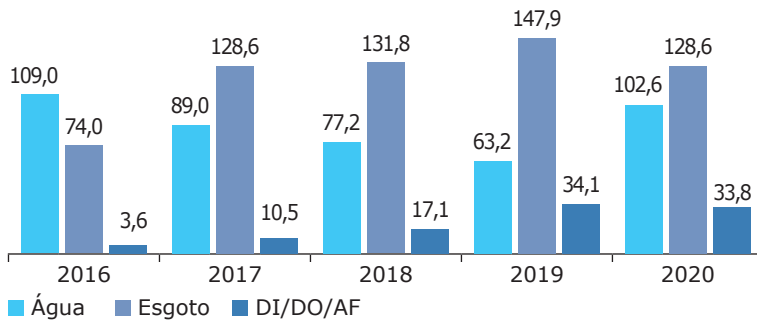
Outros investimentos foram realizados na região, como a reforma da Estação de Tratamento de Água (ETA) de Alto Rio Novo, da ETA São Gabriel da Palha, da ETA Vila Valério e a reforma e construção da edificação para acomodação da sala de controle e do laboratório na ETE São Gabriel da Palha.

A CESAN segue firme no propósito de universalizar o acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto, com um planejamento bem definido para a realização de investimentos expressivos. A operacionalização de alguns sistemas vem sendo descentralizada e atribuída a Parcerias Público-Privadas e isso vem trazendo ganhos de escala e tempo.

Índices de coberturas dos serviços (%)



Investimentos realizados – por finalidade (R\$ milhões)



3. RESPONSABILIDADE SOCIAL

A CESAN é reconhecida pela regularidade e qualidade com que presta seus serviços, e pela responsabilidade com a saúde humana e o respeito pelo meio ambiente. Os seus projetos têm como pilares as pessoas, o desenvolvimento local, a sustentabilidade empresarial e a preservação do recurso hídrico e toda forma de vida no planeta. Em 2020, produziu 231 bilhões de litros de água e assegurou sua distribuição em todas as cidades onde está presente.

A segurança hídrica é presença permanente na pauta da administração, sobretudo porque o Espírito Santo ainda vivencia as consequências da grave seca que desencadeou a escassez de água em 2015. No ano passado, a CESAN recebeu do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (Idaf) a licença de instalação autorizando o início das obras da Barragem dos Imigrantes. Os estudos ambientais foram enviados para o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA) para aprovação. Assim que autorizado será iniciado o monitoramento de fauna terrestre e aquática. Em seguida, será feita a supressão vegetal e o início da obra.

A Barragem dos Imigrantes será construída na região conhecida como Vista Linda, entre os municípios de Domingos Martins e Viana. É o maior projeto voltado para a segurança hídrica do Espírito Santo. Terá 150 metros de largura na base e será localizada em uma cota de 123 metros acima do nível do mar. O investimento é superior a R\$ 96 milhões e o volume de água da represa pode abastecer 1,2 milhão de pessoas por seis meses. As obras deverão ser iniciadas este ano e o prazo total de execução é de dois anos, com mais três anos de operação assistida.

3.1. Saneamento em pequenas propriedades rurais – Programa Pró-Rural

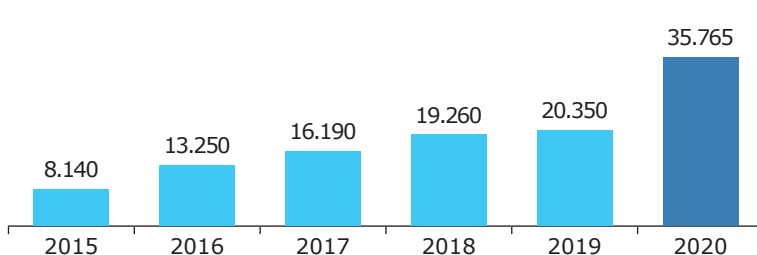
Em 2020 foram elaborados seis projetos para abastecimento de água, contemplando oito comunidades, e iniciados (em desenvolvimento) nove projetos de esgotamento sanitário de três comunidades e para levar água tratada a outras sete comunidades, beneficiando um total de 11 municípios, com um investimento da ordem de R\$ 4,2 milhões.

O Pró-Rural é um programa especial criado em 1991 para atender às comunidades de pequeno porte na elaboração de projetos e execução de obras de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A CESAN custeia levantamentos, visitas, treinamentos e projetos, além de contratar e fiscalizar as obras, com recursos diretos do Governo do Estado ou através da Secretaria de Estado de Saneamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (Sedurb), em parceria com as prefeituras municipais.

3.2. Tarifa social e subvenção

Em 2020, o número de famílias beneficiadas pela Tarifa Social passou de 20.350 para 35.765. O benefício é concedido em forma de desconto sobre as tarifas de água e esgoto para clientes de baixa renda inscritos nos programas sociais Bolsa Família, Bolsa Capixaba, Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), Programa Minha Casa Minha Vida - Faixa I e Entidades - recursos Fundo de Desenvolvimento Social (FDS). Atualmente, 91 entidades assistenciais têm o benefício de Subvenção de Tarifas, que reduz os valores em até 50% do volume contratado.

Tarifa social (nº)



4. MEIO AMBIENTE, RELACIONAMENTO COM COMUNIDADES E CONTROLE DA QUALIDADE

4.1. Gestão ambiental

A CESAN está presente em todas as 12 grandes regiões hidrográficas do estado do Espírito Santo e tem se mantido atuante como membro dos comitês de bacia constituídos, além de participar ativamente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos.

Diversas são as ações implementadas pela Companhia no intuito de que a sustentabilidade esteja presente em todos os seus processos de atuação. A regularização de licenciamento ambiental e outorga é tão constante quanto a expansão dos serviços da Companhia, que tem como foco principal a universalização do saneamento. O gerenciamento de resíduos nas unidades da Companhia tem como diretriz minimizar a geração e segregar conforme classificação legal para o correto acondicionamento e destinação final, serviço este prestado somente por empresas licenciadas.

Dentre as ações para regularização ambiental, estão também as de compensação ambiental de obras onde houve supressão de mata ou que foram construídas em Área de Preservação Permanente, por meio dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRADs). Desde 2016 a CESAN executa compensações ambientais com a recuperação de áreas que somam 25,89 hectares e R\$ 730 mil em investimentos.

A CESAN faz o monitoramento ambiental em cursos de água no Espírito Santo desde a captação de água bruta para o tratamento da água nas ETAs, até o final deste processo, que é o lançamento do esgoto tratado pelas ETES. O trabalho tem a função de avaliar a situação da qualidade dos corpos hídricos e a eficiência das ETAs e ETES da Companhia. É avaliado se a qualidade da água distribuída à população atende aos padrões de potabilidade e se o efluente, esgoto tratado que sai das ETES, atende aos padrões de potabilidade e de lançamento, definidos pela legislação ambiental. Este monitoramento também tem o objetivo de estudar a contribuição dada para a recuperação dos recursos hídricos, por exemplo, a quantidade de esgoto que deixa de ser lançada sem tratamento no ambiente.

O monitoramento ambiental se constitui de estudos realizados a partir da coleta de dados de parâmetros ambientais. É realizado em todos os municípios onde há sistemas de tratamento de água e esgotamento sanitário da CESAN em funcionamento e também nos locais previstos para receber a implantação destes serviços. O monitoramento é feito regularmente em todas as estações de tratamento em operação.

A atividade permite a identificação de fatores que influenciam os estados de conservação, preservação, degradação e recuperação dos cursos d'água das regiões estudadas. Com isso, é possível acompanhar as alterações da qualidade do corpo hídrico, elaborar previsões de comportamento, desenvolver instrumentos de gestão e fornecer informações para a realização de ações saneadoras e despoluidoras. Neste último caso, a Companhia elabora relatórios a partir dos dados estudados e os encaminha para os órgãos gestores de recursos hídricos.

4.2. Relações com a comunidade e educação ambiental

Durante o período de distanciamento social ocasionado pela pandemia da Covid-19 os programas de educação ambiental da Companhia foram remodelados, visando criar novas formas de interação para levar virtualmente o conteúdo ambiental educativo para a sociedade. Foi utilizada a [#CesanNaSuaCasa](#). Em 2020, o público atendido foi de aproximadamente 635 mil pessoas.

Programa Comunicação Social e Mobilização Comunitária

- Comunicação social de obras
- Atendimento a demandas espontâneas das comunidades referentes aos serviços de água e esgoto
- Comunicação de Interrupção Programada no Sistema de Abastecimento de Água via whatsapp
- 9º Encontro com Lideranças Comunitárias, realizado em 2020, de forma virtual
- Campanha Rede Solidariedade – arrecadação de cestas básicas para doação às comunidades

Programa de Educação Ambiental

- CESAN na Escola
- Visitas técnicas monitoradas às ETAs e ETES (presencial e virtual)
- Unidade móvel de educação ambiental
- Concursos de fotografia e de desenho

4.3. Controle da qualidade

A CESAN monitora a eficiência das estações de tratamento de água, de esgoto e o seu impacto ambiental. As informações de controle da qualidade são enviadas mensalmente às secretarias municipais de saúde para abastecer o Sistema Nacional de Informações sobre a Qualidade da Água (Sisáqua).

O trabalho é realizado de forma sistemática em todas as etapas de captação, tratamento, reservação e distribuição, para assegurar os padrões de potabilidade da água e cuidar da saúde do consumidor. Os laboratórios são equipados com instrumentos que otimizam e garantem o controle contínuo da qualidade.

Qualidade da água: em 2020 a CESAN realizou 12,44% a mais de coletas de amostras e análises do que a legislação vigente determina. Os resultados são divulgados para a sociedade por meio de relatórios da qualidade da água impressos nas faturas de cobrança e nos relatórios anuais da qualidade da água entregues nos imóveis. As medições são realizadas no manancial, no processo de tratamento, reservação e distribuição da água. Foram realizadas 1.743.914 análises na água tratada. A estrutura de controle da qualidade da CESAN conta com 91 laboratórios localizados nas ETAs, laboratórios operacionais, e um laboratório central localizado em Cobi, no município de Vila Velha.

Monitoramento do esgoto tratado: Para o monitoramento dos efluentes das estações de tratamento de esgoto em 2020, incluindo o atendimento à legislação vigente, a CESAN realizou 16.670 análises. Para a melhoria do controle operacional, a CESAN realizou ainda outras 9.711 análises de amostras coletadas nos sistemas de esgotamento sanitário. Desde 2019, foi iniciado um cronograma de treinamentos para terceirizados nas atividades de coleta e análise para controle da qualidade do tratamento de esgoto em atendimento a condicionantes ambientais. Esta atividade seria continuada em 2020, mas precisou ser adiada por causa da pandemia. Este ano foi iniciado um novo ciclo de treinamento. O programa será realizado anualmente com ampliação do conteúdo que será trabalhado nos próximos treinamentos. Nas estações de tratamento de esgoto, a CESAN mantém o controle dos efluentes conforme requisitos legais para lançamento em corpos receptores e condicionantes ambientais do licenciamento de cada unidade operacional.

Sistema da qualidade ISO 9001 e ISO IEC 17025: Os Laboratórios de Controle da Qualidade da CESAN ligados à Divisão de Controle da Qualidade (E-DCQ) receberam em 2020 nova auditoria pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), que mais uma vez confirmou que está mantida a acreditação na Norma internacional "ISO IEC 17025". Os laboratórios, que também são certificados na Norma ISO 9001 desde 2006, foram recertificados no ano passado após auditoria da Certificadora Independente. Esses fatos reforçam o comprometimento da empresa com a qualidade dos seus resultados.

4.4. Programa "Se Liga na Rede"

Em 2020, o programa **Se Liga na Rede** completou três anos e atingiu a marca de 523 milhões de litros de esgoto coletados e tratados a mais pela Companhia por ano. Entre os anos de 2017 e 2020 foram promovidas pelo programa 3.500 novas ligações às redes de esgoto. O plano de atuação do comitê contempla mais de 78 ações que envolvem abordagens domiciliares, relacionamento e parceria com os poderes concedente e fiscalizador, estratégias comerciais, inteligência de dados, obras, entre outras. A expectativa é que mais de 14.530 novas ligações sejam realizadas como resultado das ações ainda em curso do Programa. Isso significa mais 930 milhões de litros de esgoto coletados e tratados.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

O ano de 2020 se caracterizou pela continuidade no esforço de revisão e racionalização de contratos, além de redução de custos em todas as áreas da Companhia. Os custos de materiais, serviços de terceiros e despesas gerais tiveram uma redução de R\$ 3,8 milhões em comparação ao ano de 2019, impactados principalmente pelas medidas de eficiência energética implantadas e a redução de despesas com custas judiciais e indenizações por danos a terceiros.

A Companhia também tem estimulado o uso da Metodologia de Análise e Solução de Problemas (Masp), algo que vem contribuindo para a CESAN enriquecer a discussão sobre medidas que possam ajudar na redução das perdas de água tratada, sejam aparentes (consumos submedidos e não autorizados) ou reais (vazamentos). A meta é reduzir as perdas totais de água de 450,3 (dez/2020) para 415 litros/ligação/dia em dezembro de 2021. Os dados da evolução neste indicador são acompanhados diariamente.

O índice de gastos com recursos humanos ficou em 21,5% das receitas operacionais, o que torna a Companhia uma das melhores do país neste quesito, conforme informações do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS), cuja média nacional foi de 38,1% e a CESAN ocupa a 4ª colocação entre as 25 empresas estaduais do setor.

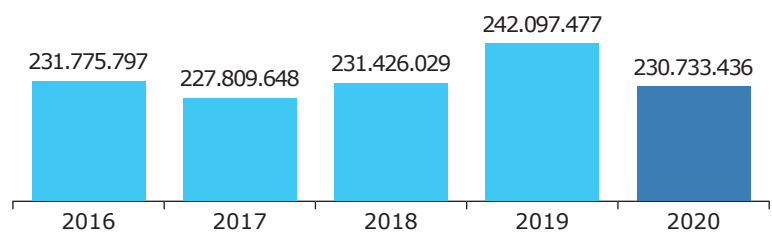
5.1. Sistema de abastecimento de água

Com 19.520 novas ligações em 2020, a CESAN expandiu seu sistema de fornecimento de água. A conclusão de obras, o crescimento vege-

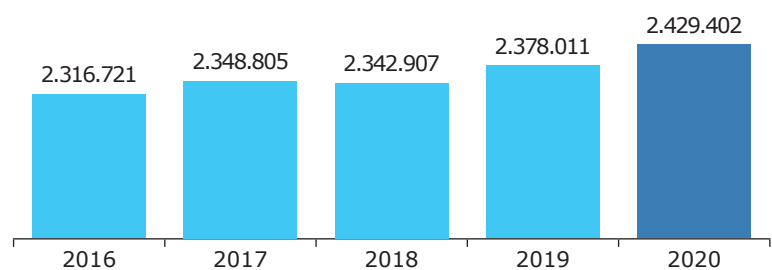
tativo e a concessão da Orla do município de Aracruz são os fatores dessa ampliação. Ao todo, a Companhia produziu cerca de 231 bilhões de litros de água tratada.

Ligação de água	2020	% Sobre o total do 2020	2019	% Sobre o total do 2019	Variação (20/19)	
					Quantidade	%
Social	35.765	6,1%	19.327	3,4%	16.438	85,1%
Residencial	505.476	85,6%	503.858	88,3%	1.618	0,3%
Comercial	43.639	7,4%	42.406	7,4%	1.233	2,9%
Industrial	920	0,2%	901	0,2%	19	2,1%
Público	4.535	0,8%	4.323	0,8%	212	4,9%
Total	590.335	100,0%	570.815	100,0%	19.520	3,4%

Volume de água produzida (m³)



População urbana abastecida (hab.)

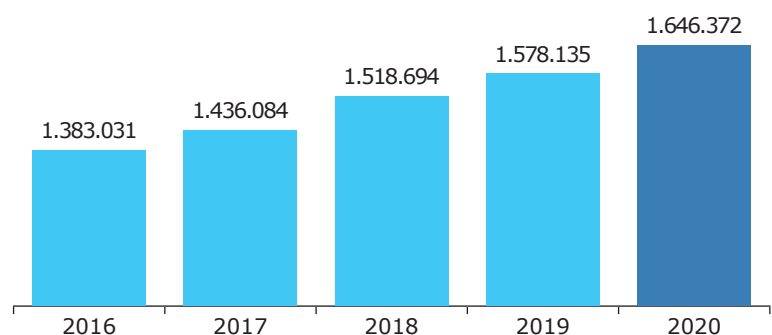


5.2. Sistemas de esgoto sanitário

Os novos sistemas de esgotamento sanitário entregues na Região do Caparaó (sul do estado), no município de Pinheiros (extremo norte do estado), entre outros empreendimentos, resultaram num incremento superior a 4% na disponibilidade do serviço.

Ligação de esgoto	2020	% Sobre o total do 2020	2019	% Sobre o total do 2019	Variação (20/19)	
					Quantidade	%
Social	16.306	5,8%	10.411	3,9%	5.895	56,6%
Residencial	235.914	84,6%	227.845	86,4%	8.069	3,5%
Comercial	23.923	8,6%	23.046	8,7%	877	3,8%
Industrial	512	0,2%	523	0,2%	-11	-2,1%
Público	2.109	0,8%	1.969	0,7%	140	7,1%
Total	278.764	100,0%	263.794	100,0%	14.970	5,7%

População urbana coberta com serviços de esgotamento sanitário (hab.)



6. MERCADO

Apenas 4 municípios geram 75,6% das receitas operacionais da CESAN, tendo seus contratos de programa renovados por mais de 22 anos. Entre os 10 maiores que geram receitas operacionais para a Companhia, o único que não teve renovação de contrato/concessão foi o de Piúma, com contrato válido até 10 de outubro de 2022.

O índice de cobertura com água tratada é de 100% e com coleta de esgoto é de 68% da população urbana na área de concessão.

Contratos (% da Receita operacional em milhões)						Índice de cobertura		Economias ativas totais	
Municípios	Receita operacional	% Receita operacional	Venci-mento do contrato	Tipo de contrato	Tipo de concessão	Água	Coleta de esgoto	Água	Esgoto
Serra	225,3	23,2%	25/06/43	Programa	Água e Esgoto	100%	90%	163.898	134.351
Vitória	210,9	21,7%	20/03/49	Programa	Água e Esgoto	100%	91%	143.832	125.061
Vila Velha	194,8	20,0%	25/02/46	Programa	Água e Esgoto	100%	63%	189.451	106.239
Cariacica	104,5	10,7%	24/06/48	Programa	Água e Esgoto	100%	48%	116.056	48.295
Guarapari	56,2	5,8%	26/12/47	Programa	Água e Esgoto	100%	73%	66.682	44.277
Viana	20,0	2,1%	24/06/48	Programa	Água e Esgoto	99%	55%	18.208	8.894
Piúma	11,0	1,1%	10/10/22	Concessão	Água e Esgoto	99%	68%	14.132	8.501
Nova Venécia	10,8	1,1%	20/07/39	Programa	Água e Esgoto	100%	56%	13.889	4.217
Anchieta	9,9	1,0%	13/05/45	Programa	Água e Esgoto	98%	44%	11.487	4.740
Barra de São Francisco	9,2	0,9%	21/11/39	Programa	Água e Esgoto	100%	43%	11.015	3.671
Demais Municípios	120,3	12,4%						175.773	63.789
Total	972,8	100,0%				100%	68%	924.423	552.035

As receitas operacionais se concentram no serviço de abastecimento de água na categoria residencial. As receitas provenientes do uso residencial (residencial, mais social) representam 73,2% do total da receita operacional da Companhia, no exercício de 2020.

Tipo	Receita operacional	% Receita operacional
Água	679,1	69,8%
Esgoto	293,7	30,2%
Total	972,8	100,0%

Categoria	Receita operacional	% Receita operacional
Residencial	712,4	73,2%
Demais	260,4	26,8%
Total	972,8	100,0%

7. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A CESAN demonstrou eficiência na gestão de suas receitas e arrecadações em 2020, apesar do momento econômico delicado do país causado pelo enfrentamento à pandemia da Covid-19. Enquanto a arrecadação experimentou um acréscimo de R\$ 10,5 milhões em relação a 2019, totalizando R\$ 930,1 milhões ao final do exercício, a receita operacional teve um acréscimo de R\$ 10,4 milhões se comparada a do ano anterior, atingindo um total de R\$ 972,8 milhões, com incremento das contribuições tanto do segmento de água quanto no de esgoto.

Como resultado dos esforços para melhoria de sua gestão, a CESAN é uma concessionária que se coloca hoje entre as melhores companhias de saneamento do país, considerando: (a) com menor tempo de investimento; (b) resultado operacional, medido pela margem EBITDA de 32,6% em 2020, entre os melhores do país; (c) menores percentuais de comprometimento da receita com a folha de pagamento entre as demais empresas de saneamento do país de 21,5%; e (d) capacidade de captação de recursos no mercado financeiro para investimentos de longo prazo, a baixas taxas, conforme informações do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (SNIS).

7.1. Receitas

A receita operacional bruta atingiu R\$ 972,8 milhões em 2020, 1,1% superior aos R\$ 962,4 milhões de 2019. As receitas com os serviços de abastecimento de água aumentaram 1,2% em relação ao exercício de 2019, enquanto as com os de esgotamento sanitário aumentaram 0,7%.

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	2020	% Sobre o total do 2020	2019	% Sobre o total do 2019	Variação (20/19)	
					R\$	%
Água	679,1	69,8%	670,8	69,7%	8,3	1,2%
Esgoto	293,7	30,2%	291,6	30,3%	2,1	0,7%
Total	972,8	100,0%	962,4	100,0%	10,4	1,1%

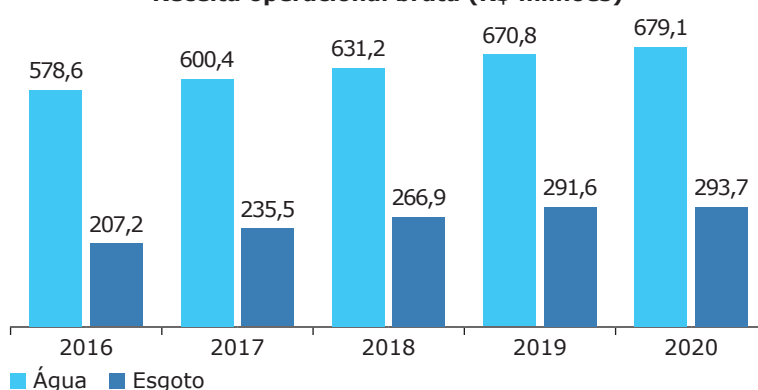
Os principais fatores que influenciaram o crescimento nas receitas foram:

- O reajuste tarifário de 4,99% autorizado pela Agência de Regulação de Serviços Públicos (ARSP) no mês de agosto de 2019, com efeito integral sobre as tarifas de 2020;
- Assunção dos serviços em parte do município de Aracruz;
- Incremento no número de ligações a partir da entrada em operação de novos sistemas de esgotamento sanitário e crescimento no serviço de abastecimento de água; e
- Redução de R\$ 2,9 milhões em receitas de água e esgoto dos consumidores classificados na categoria residencial social.

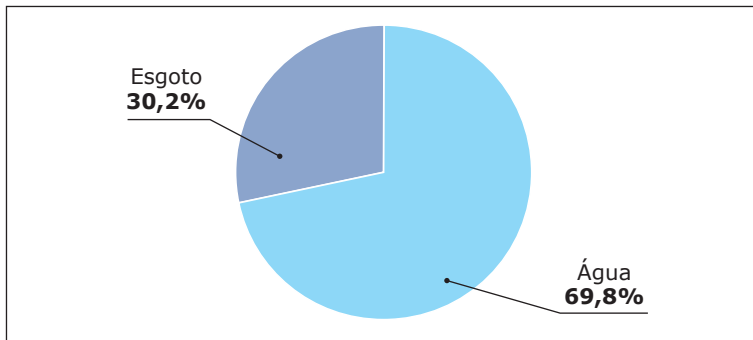
Composição da Receita Operacional Bruta

	31/12/2020	31/12/2019	Variação %
Serviços de Abastecimento de Água	679.095	670.780	1,2%
Serviços de Esgotamento Sanitário	293.706	291.647	0,7%
	972.801	962.427	1,1%

Receita operacional bruta (R\$ milhões)



Receita operacional bruta em 2020



7.2. Custos e despesas

Os custos e as despesas dos serviços prestados alcançaram R\$ 797,1 milhões contra R\$ 787,8 milhões em relação ao exercício de 2019, um aumento de 1,2% impactado principalmente pelo aumento das provisões com perdas no recebimento de tarifas em comparação ao ano de 2019, conforme detalhado nas notas abaixo.

Despesa de pessoal

As despesas com pessoal tiveram um crescimento de 5,6% ou R\$ 11,1 milhões, em 2020, influenciado pelo:

- Crescimento de 122,4% das despesas de licença-prêmio devido à pandemia da Covid-19. A empresa optou por antecipar a licença dos empregados que tinham direito a partir de março de 2020;
- Crescimento de 10% das despesas com assistência médica em função do aumento de custos, internações e reembolsos à Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);
- Reajuste de 1,5% do salário, em agosto de 2020, devido ao Ciclo Anual de Avaliação do Plano de Cargos e Remuneração;
- Reajuste salarial de 2,399% referente ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2020/2021 (data base maio).

Despesas de Pessoal R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Ordenados e Salários Horas Normais	76,4	73,2	3,2	4,4%
Licença-prêmio	3,6	1,6	2,0	122,4%
13º Salário	13,0	11,2	1,8	16,1%
Férias e Suas Gratificações	15,1	13,9	1,3	9,1%
Assistência Médica dos Empregados	21,8	19,8	2,0	10%
Programa de Alimentação ao Trabalhador	18,6	17,6	1,0	5,8%
Outras Despesas de Pessoal	60,9	61,1	-0,1	-0,2%
Total	209,5	198,4	11,1	5,6%

Materiais

As despesas de materiais tiveram um crescimento de 7% ou R\$ 1,7 milhão, em 2020, ocasionado principalmente pela elevação dos custos dos materiais de tratamento de água/esgoto. Um dos fatores é o aumento da cotação do dólar, que em 31 de dezembro de 2019 estava R\$ 4,02 e encerrou 2020 a R\$ 5,19. A alta acumulada foi superior a 29% em 2020. Além disso, o custo do cloro passou de R\$ 6,83/kg em 2019 para R\$ 7,39/kg em 2020 e houve um aumento de consumo médio em torno de 10% para os principais produtos químicos em função da entrada em operação de novos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Despesas de Material R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Material de Tratamento	18,6	15,4	3,1	20,1%
Outras Despesas de Materiais	7,3	8,7	-1,4	-16,3%
Total	25,9	24,2	1,7	7,0%

Energia

A despesa com energia elétrica, a principal da CESAN, após a de pessoal, teve uma redução de 2%. Depois de 2 anos de reajustes tarifários elevados, 9,34% em 2017 e 15,87% em 2018, em agosto de 2019, com a Revisão Tarifária periódica aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), conforme Resolução Homologatória nº 2.589 de 06/08/2019, o reajuste foi negativo em 4,84%, impactando no resultado de 2020.

Contudo, em agosto de 2020, o reajuste tarifário anual voltou a subir, 8,02%, conforme a Resolução Homologatória nº 2.749 de 06/08/2020, o que impactou no último trimestre de 2020 e refletirá também no ano seguinte. Também foram realizadas substituições de motores de grandes elevatórias, gerando eficiência energética.

Energia Elétrica R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Energia Elétrica	94,8	96,7	-1,9	-2,0%

Serviços de terceiros sem energia

As despesas de serviços de terceiros tiveram um crescimento de 10,6% ou R\$ 11,6 milhões, em 2020, influenciado pelo:

- Crescimento de 7,8% das despesas de serviços de operação de sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Crescimento de 31,7% nos serviços de cortes, religações e lacre de segurança;
- Crescimento de 15% nos serviços de conservação e manutenção de bens administrativos; e
- Crescimento de 6,5% nos serviços de manutenção de redes.

Despesas de serviços de terceiros sem energia - R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Serviços de Operação de Sistemas	63,5	58,9	4,6	7,8%
Serv. Cortes, Religações e Lacre Segurança	13,8	10,5	3,3	31,7%
Serv. Conservação/Manutenção Bens Administrativos	14,4	12,5	1,9	15,0%
Serv. Manutenção de Redes	30,2	28,4	1,8	6,5%
Outras Despesas de Serviços de Terceiros	75,5	85,8	-10,3	-12,0%
Total	121,9	110,3	11,6	10,6%

Despesas gerais

As despesas gerais tiveram uma redução de 37,3%, ou R\$ 4,9 milhões, em 2020, influenciada pela redução das despesas com as contas indenizações por danos a terceiros, custas legais e judiciais e conduções, viagens e estadias, esta última influenciada principalmente pelos efeitos da pandemia.

Despesas Gerais R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Indenização por Danos a Terceiros	2,4	5,5	-3,1	-55,7%
Custas Legais e Judiciais	0,5	1,8	-1,3	-70,9%
Conduções, Viagens e Estadias	2,1	2,7	-0,6	-22,5%
Outras Despesas Gerais	3,3	3,3	0,0	-0,6%
Total	8,3	13,2	-4,9	-37,3%

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações tiveram um crescimento de 6,3%, ou R\$ 5,5 milhões, em 2020, principalmente pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de janeiro a dezembro de 2020, no montante de R\$ 210,4 milhões (líquido dos créditos tributários do PIS/COFINS).

Depreciações e Amortizações R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Depreciações e Amortizações	91,6	86,2	5,5	6,3%

Despesas comerciais

A Companhia reconheceu como perda efetiva dos créditos a receber de clientes no exercício de 2020 o valor de R\$ 44,4 milhões e, como Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa, R\$ 4,2 milhões.

No exercício de 2019, a Companhia realizou a construção de solução em Tecnologia da Informação (TI), denominada "Nova Interface Contábil", que faz a integração dos dados entre Sistema Comercial (SICAT) e ERP SAP de forma a facilitar os registros contábeis e a extração de relatórios contábeis e gerenciais.

A partir da nova solução ocorreram ajustes de lançamentos entre contas de Reversão de Perdas (conta credora) e Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa no grupo de Outras Receitas e Despesas. A partir de 2020 registros contábeis de reversão de perdas passaram a ser

contabilizados na mesma conta Perdas com Recebimento de Tarifa, por serem contas da mesma natureza conforme quadro abaixo, justificando a variação expressiva entre o exercício de 2020 e 2019.

Despesas Comerciais R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Despesas com pessoal	(21.892)	(22.096)	204	-0,92%
Despesas com materiais	(78)	(95)	17	-17,89%
Despesas com serv. de terceiros	(40.266)	(39.518)	(748)	1,89%
Perdas no Recebimento Tarifas	(44.372)	(46.423)	2.051	-4,42%
Reversão de Perdas	-	47.777	(47.777)	-100,00%
Outras despesas	(209)	(889)	680	-76,49%
Total	(106.817)	(61.244)	(45.573)	74,41%

Receitas/Despesas Financeiras

O resultado financeiro totalizou R\$ 8,7 milhões em 2020, contra R\$ 22,2 milhões em 2019.

Resultado Financeiro R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Receitas Financeiras	22,8	37,1	-14,3	-38,5%
Despesas Financeiras	14,1	14,9	-0,8	-5,4%
Total	8,7	22,2	-13,5	-60,7%

Devido à redução dos recebimentos por atraso em faturas de água, R\$ 6,7 milhões, e ao menor rendimento obtido sobre aplicações financeiras, R\$ 6 milhões, em função da redução na remuneração da taxa DI, a Companhia registrou uma retração de 38,5% das receitas financeiras, que totalizaram R\$ 22,8 milhões em 2020 ante R\$ 37,1 milhões em 2019.

Receitas Financeiras - R\$ milhões	2020	% Sobre o total 2020	2019	% Sobre o total 2019	Variação (20/19)	
					R\$	%
Descontos Obtidos	0,0	0,2%	0,1	0,3%	-0,1	-66,7%
Juros e Atualizações Monetárias	2,2	9,8%	3,2	8,8%	-1,0	-31,2%
Ganhos com Aplicações Financeiras	7,6	33,3%	13,6	36,6%	-6,0	-44,0%
Multas e Juros Contratuais	0,1	0,3%	0,6	1,6%	-0,5	-88,6%
Acréscimos por Atraso em Faturas de Água	12,9	56,4%	19,6	52,7%	-6,7	-34,3%
Total	22,8	100,0%	37,1	100,0%	-14,3	-38,5%

Quanto às despesas financeiras, estas tiveram um decréscimo de 5,4%, em virtude da redução de pagamento de juros e atualizações monetárias.

Despesas Financeiras - R\$ milhões	2020	% Sobre o total 2020	2019	% Sobre o total 2019	Variação (20/19)	
					R\$	%
Juros e Atualizações Monetárias - Geral	12,8	90,9%	13,9	93,6%	-1,1	-8,1%
Descontos Concedidos	0,9	6,4%	0,6	3,9%	0,3	52,7%
Despesas Bancárias	0,4	2,7%	0,4	2,5%	0,0	4,6%
Total	14,1	100,0%	14,9	100,0%	-0,8	-5,4%

Despesas fiscais, tributárias e provisões judiciais

Redução de 69,3%, com destaque para diminuição no reconhecimento das provisões judiciais na ordem de R\$ 48,2 milhões em relação ao mesmo período do ano passado. A Companhia vem implantando ações administrativas de forma a mitigar riscos de novos processos, bem como fazer acordos judiciais e extrajudiciais para reduzir seu passivo.

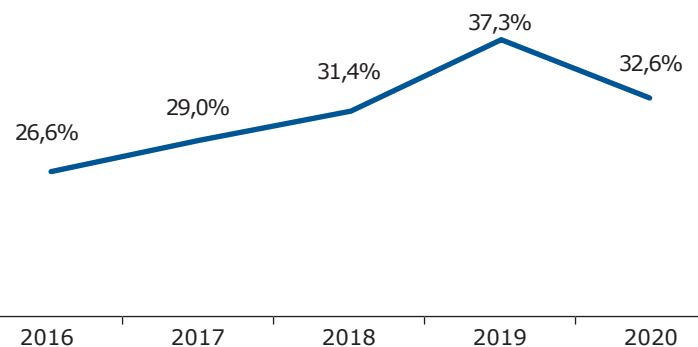
Custos e Despesas Operacionais R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Fiscais e Tributárias - Principal	6,2	5,9	0,2	4,10%
Fiscais e Tributárias - Juros	4,1	5,6	-1,5	-26,5%
Provisões Judiciais	11,6	59,9	-48,2	-80,6%
Total	21,9	71,4	-49,5	-69,3%

7.3 EBITDA

A margem EBITDA ficou em 32,6%, um decréscimo de 4,7 pontos percentuais em relação a 2019, impactada principalmente pelo aumento das provisões com recebimento de tarifas em comparação ao ano de 2019.

EBITDA R\$ milhões	2020	2019	Variação (20/19)	
			R\$	%
Receita Líquida	881,6	871,5	10,1	1,2%
Despesas de Exploração ou Despesas Controláveis	594,0	546,4	47,6	8,7%
EBITDA	287,6	325,1	-37,5	-11,5%
Margem EBITDA%	32,6%	37,3%		4,7 p.p.

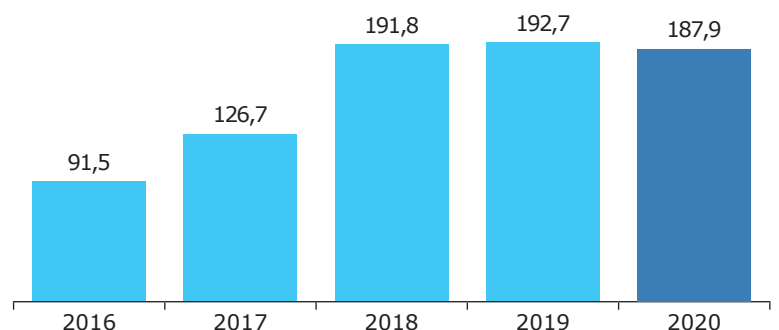
Margem EBITDA



7.4 Resultado

O lucro líquido da Cesan em 2020 foi de R\$ 187,9 milhões, uma redução de 2,5% em relação ao exercício de 2019, impactado pela redução das receitas financeiras (R\$ 14,3 milhões) e do provisionamento com perdas no recebimento de tarifas (R\$ 45,7 milhões). Resultado impactado, em síntese e principalmente, pela pandemia da Covid-19.

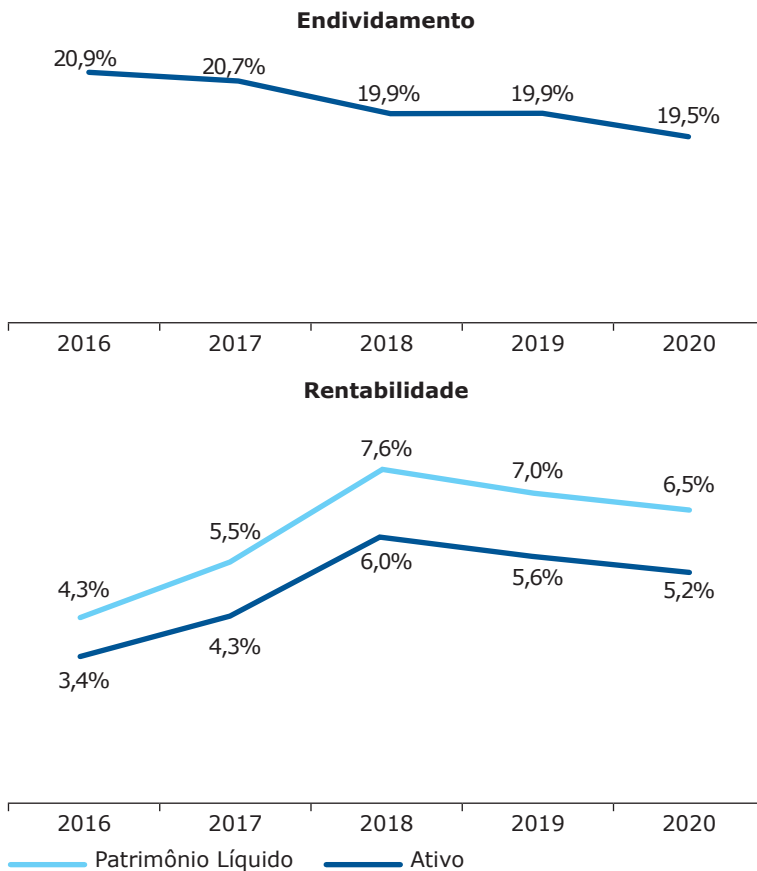
Lucro líquido (R\$ milhões)



7.5 Endividamento e rentabilidade dos ativos

A Companhia encerrou o exercício de 2020 com um passivo de R\$ 678,3 milhões (R\$ 684,8 milhões em 31.12.2019), ou seja, demonstrando o esforço da administração em manter a situação financeira em equilíbrio para manter suas atividades operacionais e satisfazer aos acionistas e principalmente à sociedade capixaba.

O índice de endividamento sobre o ativo reduziu em 0,5 ponto percentual, em relação a 2019, saindo de 20,0% para 19,5%. Já as rentabilidades sobre o Patrimônio Líquido e o Ativo reduziram 0,5 e 0,4 ponto percentual, respectivamente, passando de 7,0% e 5,6% em 2019 para 6,5% e 5,2% em 2020.



7.6 Remuneração aos acionistas

Conforme determina o Estatuto Social, foi apurado o montante de R\$ 88 milhões para distribuição sob a forma de dividendos para os acionistas da CESAN. A proposta de distribuição será apresentada para apreciação na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 2021.

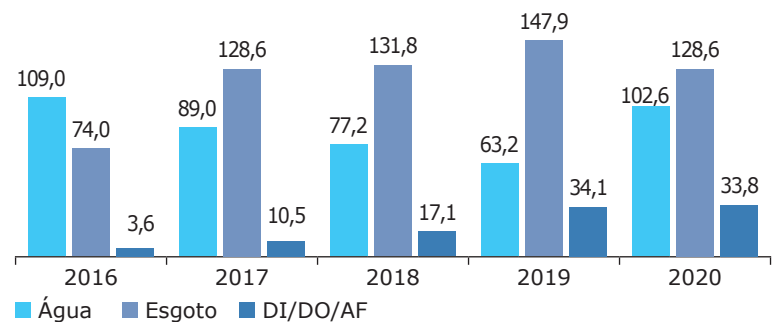
8. INVESTIMENTOS

A Cesan em 2020 investiu R\$ 265 milhões, estes alinhados, também, com o Planejamento Estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo e o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2030, denominado Plano ES-2030, que tem como objetivo auxiliar os municípios capixabas a universalizarem os serviços de saneamento básico até o final do Plano.

Os investimentos realizados pela CESAN foram destinados da seguinte forma: R\$ 102,6 milhões em obras de melhorias e expansão do abastecimento de água; R\$ 128,6 milhões em obras de melhorias e expansão do serviço de coleta e tratamento de esgoto; e R\$ 33,8 milhões em desenvolvimento institucional, operacional e aquisições de ativo fixo, que abrangeram 53 municípios e beneficiaram a 2,4 milhões de pessoas com o serviço de abastecimento de água e 1,6 milhão de pessoas com o serviço de coleta e tratamento de esgoto, proporcionando a manutenção da universalização do serviço de abastecimento de água nas áreas atendidas pela CESAN, o aumento da cobertura de esgoto ao ritmo da universalização e a melhoria contínua em seus sistemas de gestão para manutenção da qualidade de seus serviços, que são marca dessa Companhia há 53 anos.

Para 2021, estão previstos investimentos de R\$ 399,7 milhões, sendo 56,8% com recursos próprios e o restante aportado por outros financiadores tais como Banco do Nordeste, CAIXA, BNDES, Banco Mundial, OGU e Tesouro Estadual (lucro reinvestido).

Investimentos realizados – por finalidade (R\$ milhões)



8.1 Parcerias Público-Privada (PPPs)

À frente do que prevê o Novo Marco Regulatório do Saneamento, a CESAN tem um cenário favorável à universalização do acesso ao esgoto tratado na Região Metropolitana da Grande Vitória. Os resultados alcançados com a cooperação firmada por meio do instrumento das Parcerias Público-Privadas, no Município de Serra, com a empresa Aegea Saneamento, por meio da sua divisão denominada Ambiental Serra e, no Município de Vila Velha, também com a empresa Aegea Saneamento, por meio da sua divisão denominada Ambiental Vila Velha, ratificam a eficácia do modelo.

Em cinco anos de atuação no município da Serra foram instaladas e estão em operação 1.037 quilômetros de rede de esgoto e 21 ETEs, que coletam e tratam mais de um bilhão de esgoto por mês. Um investimento de R\$ 255 milhões nesse período, viabilizando a ligação de 58 mil novos imóveis à rede. Em quatro anos, a parceria no município de Vila Velha investiu R\$ 38 milhões e já soma 6.160 metros de novas redes coletoras, total de 407 de quilômetros redes, 12 bilhões de litros de esgoto tratados por ano em sete ETEs, e mais de 11.930 novas conexões.

Em 2020, o certame para ampliação das parcerias público-privadas, agora no Município de Cariacica, foi concluído. Em leilão realizado na B3, em São Paulo, pelo BNDES, o consórcio Aegea, representado pela corretora Ativa Investimentos, venceu a nova licitação.

O contrato foi assinado e as obras vão contribuir para universalizar o acesso ao esgoto tratado até 2033 no município de Cariacica. A cobertura atual no município é de 46%, mas o investimento superior a R\$ 829 milhões, previsto para os próximos 30 anos, vai beneficiar cerca de 402 mil pessoas, levando mais saúde e promovendo o desenvolvimento socioambiental e o crescimento econômico da região. No projeto está prevista construção de uma nova ETE, ampliação da ETE Flexal e da ETE Bandeirantes, e construção de 556 km de redes coletoras de esgoto, propiciando 72 mil novas ligações, que vão transformar a realidade da cidade.

8.2 Águas e Paisagem

A CESAN, atendendo à parceria com o acionista majoritário, o estado do Espírito Santo, realizou obras de implantação, ampliação e reabilitação de sistemas de esgotamento sanitário nas sedes dos municípios de Conceição do Castelo e Divino de São Lourenço, localizados na região do Caparaó, e em Marechal Floriano, na região Serrana. Um investimento superior a R\$ 24 milhões, com recursos obtidos por meio de financiamento junto ao Banco Mundial, vai beneficiar mais de 14 mil pessoas. Foram construídas redes coletoras, elevatórias de esgoto e ETEs.

No Município de Conceição do Castelo, a CESAN trabalhou na montagem de 20.013 metros de redes coletoras, enquanto no de Divino de São Lourenço foram feitos 8.096 metros e em Marechal Floriano, 7.269 metros. Já as elevatórias construídas somam três unidades em Conceição do Castelo, três em Divino de São Lourenço e duas em Marechal Floriano.

Também foram construídas uma ETE em Conceição do Castelo, que trabalha com o tratamento de esgoto em 15 l/s, e também uma ETE em Divino de São Lourenço com capacidade de tratar 5 l/s. As obras incluíram também as ligações intradomiciliares e domiciliares de imóveis às redes. Em Marechal Floriano foram feitas 1.321 ligações. Em Conceição do Castelo foram realizadas 1.372 delas, enquanto em Divino de São Lourenço, 590. A meta é universalizar a coleta e o tratamento de esgotamento de Divino de São Lourenço e Conceição do Castelo, chegando a 95% de cobertura. Em Marechal Floriano foi possível alcançar cobertura de 70% da população com serviços de coleta e tratamento de esgoto.

Na Região Metropolitana, para o município de Viana, foi dada a ordem de início de serviço para complementação do sistema de esgotamento sanitário da cidade. Com o financiamento do Banco Mundial, serão investidos R\$ 41,5 milhões em obras, contemplando os bairros Marcílio de Noronha, Canaã, Primavera e parte de Areinha. A entrega das obras está prevista para o ano de 2022.

Está em andamento ainda na Região Metropolitana, no município de Cariacica, o contrato para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário dos Sistemas Bandeirantes, Nova Rosa da Penha e Cariacica Sede, com investimentos previstos de R\$ 138,9 milhões. O contrato, na modalidade Turnkey, está em fase de estudos e projetos, com previsão do início das obras no primeiro semestre de 2021.

Completando os empreendimentos da Região Metropolitana, a Cesan concluiu os processos de contratação das obras de ampliação do Siste-

ma de Esgotamento Sanitário de Vila Velha, para os Sistemas Araçás e Grande Terra Vermelha, com investimentos previstos da ordem de R\$ 189,8 milhões e R\$ 229 milhões, respectivamente.

O Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem tem como objetivo realizar ações integradas para o uso correto da água, do solo e de demais recursos voltados para o desenvolvimento sustentável, além de fazer o planejamento e a gestão dos recursos hídricos e o investimento específico para o saneamento ambiental. De 2015 a 2018 somente 10% dos recursos contratados foram executados. Nos últimos dois anos esse índice é superior a 38%.

8.3 Resumo dos investimentos

A seguir, apresentamos o resumo dos investimentos da CESAN entre 2016 e 2020 (em R\$ milhões):

RESUMO	FONTES	2016	2017	2018	2019	2020	Total
INTERIOR							
ÁGUA	CESAN - GOV ES/FUNASA - GOV ES / OGU - GOV ES	8,6	10,5	17,1	8,7	24,1	69,1
ESGOTO	CESAN - CAIXA - BIRD - BNDES - GOV ES/FUNASA - BANCO DO NORDESTE	17,1	44,8	64,9	54,7	36,3	217,7
TOTAL INTERIOR		25,7	55,2	82,1	63,4	60,4	286,8
GRANDE VITÓRIA							
ÁGUA	CESAN - CAIXA - GOV ES / OGU - GOV ES	73,9	49,4	30,9	18,9	39,0	212,0
ESGOTO	CESAN - CAIXA - BIRD - BNDES - GOV ES	46,2	75,4	60,6	84,1	81,8	348,2
TOTAL GRANDE VITÓRIA		120,1	124,8	91,5	103,0	120,8	560,1
DIVERSOS EM ÁGUA E ESGOTO - INTERIOR E GRANDE VITÓRIA							
ÁGUA	CESAN - BIRD	26,5	29,1	29,2	35,6	39,5	159,9
ESGOTO	CESAN - GOV ES	10,8	8,4	6,2	9,1	10,5	45,0
TOTAL DIVERSOS		37,2	37,5	35,4	44,7	50,0	204,8
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, OPERACIONAL E AQUISIÇÃO DE ATIVO FIXO							
TOTAL DI/DO/AF		3,6	10,5	17,1	34,1	33,8	99,1
TOTAL GERAL		186,6	228,0	226,1	245,2	265,0	1.150,9

9. INOVAÇÕES E MELHORIAS

9.1 Redução de perdas

A redução do índice de perdas se manteve como prioridade da CESAN no exercício de 2020. As principais medidas adotadas foram:

1. Implementação de um modelo de gestão de combate às perdas, utilizando a metodologia Masp, focado na interação entre todas as áreas envolvidas, na avaliação sistemática das grandezas e variáveis que impactam perdas (volume disponibilizado, volume utilizado, nº de ligação ativa, etc.) e no monitoramento da execução dos planos de ação e seus resultados e dos projetos e ações planejadas para o combate às perdas;
2. Estruturação do Centro de Controle da Distribuição (CCD);
3. Definição da priorização da macromedição e telemetria;
4. Aprimoramento da geração e organização das informações do Consumo Autorizado Não Faturado (CANF);
5. Participação na Rede de Aprendizagem em Eficiência Energética no Abastecimento de Água - ProEESA_2.0 On-Line 2020;
6. Estudo e aprimoramento para utilização da metodologia do Nível Econômico de Perdas (NEP), em andamento;
7. Criação do Manual de Diretrizes Para o Combate às Perdas de Água;
8. Contratação de consultoria para Elaboração do Termo de Referência (TR) de Performance (finalizado em mar/21);
9. Contratação de Balanço Hídrico e Mapas de Pressão: contrato iniciado em fev/2021;
10. Acompanhamento das metas de perdas do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB);
11. Introdução de metas/ações específicas de Combate às Perdas na Gestão Empresarial por Resultados (GER) 2021, diversas ações com quantitativos definidos por gerência/divisão;
12. Novas Tecnologias:
 - Gestão Comercial. Sistema de gerenciamento de informações de água - Projeto Net Uno. Prova de Conceito: Piloto implantado no DMC - Vista da Serra - Serra. Desenvolvimento e melho-

rias dos relatórios do BI - automatização de dados e geração de relatórios para trazer maior rapidez na geração da informação para a tomada de decisão;

- Teste com equipamento de Detecção de Vazamento Não Visível - com utilização de inteligência artificial;
13. Substituição Preventiva de Hidrômetros - A substituição preventiva é parte da gestão voltada ao combate às perdas. Trata-se de uma das mais importantes atividades da gestão de perdas. Em 2020 foram substituídos 52.952 hidrômetros;
 14. Regularização de ligações clandestinas - No ano de 2020, foram realizadas diversas ações de regularizações, em especial no primeiro trimestre, antes da pandemia do Coronavírus. As ações ocorreram nos municípios da Grande Vitória, com 1.212 regularizações de ligações;
 15. Pesquisa e retirada de irregularidades - Todas as ocorrências de possíveis irregularidades no uso indevido da água advindas de denúncias, constatação no ato da leitura, estudo de variação de consumo, dentre outras, são monitoradas e regularizadas. Em 2020 foram realizadas 2.776 pesquisas de irregularidades na Grande Vitória.

A Coordenadoria de Combate às Perdas (P-CCP) elaborou e deu acesso a todos os empregados, por meio do portal corporativo, ao Manual de Diretrizes para Combate a Perdas e ao Relatório de Gestão de Combate às Perdas. Os documentos têm o objetivo de promover a priorização do tema e o alinhamento de iniciativas na empresa para redução de perdas de água. O Relatório de Combate às Perdas traz os resultados e a análise dos indicadores e grandezas de perdas na distribuição e as ações em desenvolvimento. O Manual de Diretrizes foi desenvolvido para padronizar e estabelecer diretrizes e responsabilidades para a gestão do combate às perdas.

Conforme o relatório, em 2020, mesmo com diversas ações de combate às perdas realizadas, as perdas de águas na distribuição foram de 450 l/lig/dia, 21 l/lig/dia acima da meta do Plano de Negócios 2020-2024, que é de 429 l/lig/dia. As principais causas para o não alcance das metas são:

- Pandemia do novo Coronavírus: diversos contratos tiveram serviços que impactam em perdas suspensos, outros tiveram seu ritmo reduzido nos primeiros meses;

- Dificuldades de execução de serviços por parte de algumas contratadas;
- Aumento significativo no Tempo de Atendimento (vazamentos);
- Vazamentos decorrentes de Obras de Terceiros (Vitória e Serra);
- Baixa regularização de clandestinos já mapeados;
- Atraso no início da PPP de Cariacica e na formalização do aditivo da PPP da Serra.

9.2 Eficiência energética

Em 2020 foram aferidos os primeiros resultados, uma economia de R\$ 993.551,95, representando a redução de 1,1% com os gastos de energia elétrica planejados para a empresa, fruto de diversas ações no Centro de Controle Operacional (CCO) iniciadas em junho de 2019, visando retirar o bombeamento e, consequentemente, carga elétrica do horário de ponta. As tarifas que incidem sobre os componentes de consumo (kWh) e demanda (kW) são mais caras, e, portanto, representam um horário em que o insumo energia elétrica deve ser usado de forma otimizada. O trabalho contou com a contribuição da Gerência de Engenharia de Serviços (O-GES) e das áreas de tratamento e distribuição alinhadas com as diretrizes do CCO, que permitiram a eficácia das ações.

Foram realizadas manobras operacionais no bombeamento de água bruta das principais estações da CESAN (Baixo Recalque, Alto Recalque, EAB Santa Maria e Planalto), assim como na distribuição de água tratada, visando a equilibrar a demanda com a produção, e usando o reservatório como pulmão do sistema. Tais ações foram coordenadas com a área de distribuição de água de maneira que não impactasse o abastecimento para a população. O resultado do trabalho realizado para a redução de custos com a energia elétrica foi positivo, com economias nas faturas das elevatórias, conforme o quadro abaixo:

Resultados obtidos	Demanda evitada na ponta (R\$)/ano	Economia na fatura
Alto Recalque	R\$ 316.260,00	2,64%
Baixo Recalque	R\$ 271.080,00	3,5%
EAB Santa Maria	R\$ 160.953,75	2,14%
EAT Planalto	R\$ 45.180,00	0,8%
Consumo evitado na ponta (R\$)/ano		
EAT São Francisco	R\$ 143.105,20	22,43%
Booster Garoto	R\$ 56.973,00	19,64%
Total	R\$ 993.551,95	1,10%

10. GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2020 foi desafiador para os processos de gestão de pessoas, contudo, o senso de coletividade dos empregados nos permitiu implementar novas formas de trabalho que, aliadas aos cuidados com a saúde de cada um, atenderam a empresa e a sociedade. A CESAN tem 1.258 profissionais em atividade, 74% atuam na Região Metropolitana da Grande Vitória e os demais no interior do estado.

Para preservar a saúde e a integridade física da equipe foram intensificadas as ações da área de segurança e medicina do trabalho:

- Fiscalizações do cumprimento dos protocolos sanitários recomendados pela Organização Mundial de Saúde (OMS) no enfrentamento à Covid-19;
- Produção de conteúdo e diálogos de segurança para disseminar informações e conscientizar sobre a gravidade da pandemia;
- Monitoramento virtual do quadro de saúde dos empregados por meio *Whatsapp*;
- Serviço especializado de monitoramento e orientações sobre Covid-19 por meio de um canal telefônico 0800 para empregados e seus dependentes;
- Avaliações clínicas presenciais pelos médicos do trabalho;
- Implantação de um novo sistema de controle de entrega de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Os programas de melhoria contínua da qualidade de vida e de condições de trabalho em prol da valorização profissional, da redução de absenteísmo, do aumento de produtividade e da qualidade dos serviços foram mantidos:

- Atendimentos aos empregados e familiares por meio do serviço social para tratativas sociais, de saúde física e mental;
- Capacitação profissional on-line para menores aprendizes, estagiários, empregados e gestores, resultando em 13,5 horas de treinamento por empregado;

- Prevenção e tratamento à dependência química;
- Reabilitação funcional.

Uma ação coletiva ajuizada contra a Companhia, que tem como objeto a nulidade de uma cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho, referente a escala de trabalho de 12 horas dos operadores de estação de tratamento, elevou o número de ações movidas por empregados próprios em 8,2%. Os acidentes de trabalho reduziram em 65%. Foram sete ocorrências, sendo duas em área externa à empresa, com um óbito. Em 2019, 20 acidentes foram registrados.

O plano de trabalho de Gestão do Clima Organizacional está em andamento. O monitoramento é feito por meio de indicador específico e reflete na Gestão Empresarial por Resultados (GER). Para 2021, está prevista uma nova pesquisa de clima organizacional. Essas ações têm como principais objetivos a promoção da cultura de excelência empresarial e a valorização da força de trabalho.

11. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A atuação e os investimentos realizados pela CESAN elevaram a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, da 59ª para a 37ª posição no Ranking do Saneamento 2020, realizado pelo Instituto Trata Brasil, desde 2018, evidenciando a excelência na atuação da Companhia em prol da saúde das pessoas e a preservação ambiental e contribuindo com o alto índice de desenvolvimento humano (IDH) da cidade. Para 2021 a meta é dar um salto com a implantação de indicador de inspeção de redes de esgoto, que visa a atingir o monitoramento de todo o sistema; e a contratação de uma empresa para executar ligações intradomiciliares de esgoto em bairros de vulnerabilidade social de Vitória.

12. PANDEMIA DA COVID-19

Comprometida em prestar serviços de qualidade, a CESAN também contribuiu, em 2020, com o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus.

Mais de 25 mil famílias beneficiárias da Tarifa Social foram isentadas do pagamento de suas contas de água, durante 90 dias, alcançando cerca de 100 mil pessoas. Não foram feitos cortes no fornecimento de água por falta de pagamento durante 30 dias, e todos os clientes pessoas físicas e jurídicas tiveram a oportunidade do parcelamento para ficar em dia com a Companhia.

A empresa garantiu o abastecimento de água ininterruptamente, instalou pontos de higienização (pias com água e sabão) em locais públicos na Grande Vitória para uso de toda população. Deferiu apoio à Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) na pesquisa acadêmica sobre o vírus SARS-CoV 2 (novo coronavírus). Apoiou seus empregados que arrecadaram kits de alimentos e de higiene, beneficiando mais de 500 pessoas. Também foram doadas 800 máscaras de tecido confeccionadas a partir de trabalho voluntário.

Desde março de 2020 até a presente data, todos os empregados receberam acompanhamento para enfrentamento à pandemia. As medidas sanitárias foram adotadas seguindo as orientações do Ministério da Saúde e das autoridades de saúde pública estadual e, também, dos municípios. A empresa doou máscaras para seus empregados, estagiários e menores aprendizes.

Por meio de informações diárias, reuniões virtuais, serviços de teleconsulta médica, entre outras medidas adotadas para prevenir e preservar a saúde dos seus empregados e familiares, a CESAN garantiu que as atividades da empresa fossem mantidas para que todos recebessem água em suas casas.

Perspectivas

Em 2021 serão iniciadas as operações de ampliação dos serviços no Município de Cariacica, por meio da Parceria Público-Privada que, até 2031, vai universalizar o acesso a esgoto tratado no município, confirmando que o saneamento ambiental está na agenda prioritária da CESAN e do seu acionista majoritário, o estado do Espírito Santo.

Os contratos para as obras, na modalidade Turnkey, para o município de Vila Velha estão assinados e representam os maiores investimentos já realizados no município, na ordem de R\$ 418,7 milhões, com financiamento do Banco Mundial.

Outras obras de grande importância que serão iniciadas neste ano de 2021 são: a ampliação e a melhoria da Estação de Tratamento de Água Engenheiro Mário Luiz Petrochi (ETA V), que abastece mais de 577 mil pessoas na cidade da Serra, onde serão aplicados R\$ 61,5 milhões; e a ETA Caçaroca, cujo processo licitatório e a contratação devem ser efetivados este ano, dando início a um empreendimento de mais de R\$ 100 milhões, com 10 quilômetros de adutora de água e vazão de mais de 1.000 litros/segundo, ampliando a oferta de água na Região Metropolitana.

As obras de ampliação da ETE de Manguinhos vão ter início este ano, com previsão de dois anos de execução, onde serão aplicados cerca de R\$ 34,4 milhões para beneficiar mais de 122 mil moradores do município de Serra.

A ETE Condados, em Guarapari, deve iniciar sua operação no início do próximo semestre. As primeiras atividades com a transposição do efluente da ETE Meaípe devem começar ainda neste semestre. Esse equipamento vai atender a toda região da Grande Meaípe.

O interior do estado será contemplado com novas obras por meio do Programa de Gestão Integrada das Águas e da Paisagem com financiamento do Banco Mundial e as ações administrativas para contratação já foram adotadas. Os sistemas de esgotamento sanitários dos municípios de Iúna, Irupi, Ibatiba, Dores do Rio Preto, Castelo, Afonso Cláudio, Domingos Martins, Apiacá e do Distrito de Pedra Menina, no município de Dores do Rio Preto, vão receber complementação, ampliação e melhorias com investimentos estimados em mais de R\$ 115 milhões.

Os projetos voltados para aumento da segurança hídrica estão em andamento. A Barragem dos Imigrantes, já licenciada pelo IDAF, está em fase de estudo ambiental para obter a Licença de Instalação (LI), sendo o próximo passo a execução do projeto. O cenário é favorável para que essa obra tão relevante para o nosso estado comece nos próximos

meses. O Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para tratamento de esgotos sanitários para fins de reuso industrial está na etapa final para se concretizar a licitação, com novo sistema de tratamento para a ETE Camburi, onde o efluente tratado tem as características para reuso na indústria. Uma inovação que fortalece a gestão sustentável da Companhia, gerando receita, reduzindo impactos e preservando a água, nossa principal matéria-prima.

O resultado de uma concorrência realizada no ano passado deu início à elaboração do Plano Diretor de Águas Urbanas da Região Metropolitana de Vitória (PDAU-RGMV), integrando todos os municípios, na busca de soluções que reduzam os impactos causados pelas fortes chuvas nas cidades e dê orientações aos dirigentes municipais no enfrentamento a enchentes. Quase R\$ 5 milhões do Banco Mundial e do Governo do Espírito Santo destinados a medidas para atender a quase dois milhões de pessoas.

Por último, quanto ao atual momento da pandemia do Coronavírus, a Companhia renova que a vacinação em massa vai permitir a continuidade dos projetos planejados para os próximos anos. Os planos de trabalho foram elaborados considerando os cuidados e novos riscos da Covid-19, mas com a convocação em dias melhores e no engajamento técnico e humano da equipe CESAN e sua responsabilidade com os propósitos da Companhia.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2020	31.12.2019	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	135.278	166.081	Fornecedores	14	46.923	43.078
Depósitos vinculados.....	5	132.910	94.534	Empréstimos e financiamentos ..	15	13.888	13.649
Créditos e contas a receber de usuários	6	146.971	146.152	Direito de uso arrendamento mercantil.....	13	3.191	516
Estoques de materiais		4.681	5.451	Juros sobre capital próprio	24.3	87.973	87.571
Impostos a recuperar	7	8.058	9.762	Participação de empregados.....	24.8	7.913	13.332
Adiantamentos e convênios	8	4.580	4.812	Contribuições para FAECES	19	482	4.784
Total do ativo circulante		432.478	426.792	Impostos e contribuições a recolher	16	10.838	10.974
Não circulante				Salários e encargos a pagar	17	41.970	34.782
Créditos e contas a receber de usuários	6	21.476	25.431	Provisões para demandas judiciais	18	38.675	36.895
Adiantamento e convênios	8	3.488	3.254	Outras contas a pagar	-	9.386	6.567
Impostos a recuperar	7	10.780	7.489	Total do passivo circulante ...		261.240	252.148
Depósitos judiciais	18	77.047	73.746	Não circulante			
Contratos indenizáveis	12	144.208	173.651	Fornecedores	14	816	816
Direito de uso arrendamento mercantil.....	13	4.738	817	Garantias e obrigações contratuais			10
Investimentos		95	95	Empréstimos e financiamentos ..	15	202.669	209.139
Imobilizado.....	10	29.053	28.391	Direito de uso arrendamento mercantil.....	13	1.547	301
Intangível.....	11	2.884.437	2.687.355	Impostos diferidos	9	6.510	4.833
Total do ativo não circulante		3.175.322	3.000.229	Provisões para demandas judiciais	18	26.174	53.464
				Contribuições para FAECES.....	19		1.425
				Créditos de acionistas	20	55.282	34.748
				Plano de aposentadoria	19	117.955	73.910
				Subvenções para investimento ..	21	50.158	54.041
				Total do passivo não circulante		461.110	432.687
				Patrimônio líquido	24		
				Capital social		2.704.062	2.519.733
				Ajuste de avaliação patrimonial..	-	2.120	52.439
				Reserva de lucros	-	179.268	170.014
				Total do patrimônio líquido...		2.885.450	2.742.186
				Total do passivo e patrimônio líquido		3.607.800	3.427.021
Total do Ativo		3.607.800	3.427.021				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Receita operacional líquida	25	881.626	871.547
Custos dos serviços de abastecimento de água.....	-	(237.246)	(239.646)
Custos dos serviços de esgoto.....	-	(133.166)	(126.467)
Custos administrativos dos serviços de água e esgoto.....	-	(98.833)	(93.897)
Custo dos serviços prestados	26	(469.245)	(460.010)
Lucro bruto		412.381	411.537
Despesas comerciais.....	28	(106.817)	(61.244)
Despesas administrativas.....	29	(106.147)	(103.785)
Participação dos empregados.....	24	(7.544)	(13.166)
Resultados dos serviços de construção.....	12	2.917	2.747
(Outras despesas) receitas operacionais líquidas.....	30	(6.003)	(55.350)
		(223.594)	(230.798)
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		188.787	180.739
Resultado financeiro.....	27	8.740	22.227
Resultado antes dos impostos		197.527	202.966
Contribuição social.....	31	(9.629)	(10.280)
Lucro líquido do exercício		187.898	192.686
Lucro por ação		0,07	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de Reais)

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício	187.898	192.686
Reserva de reavaliação.....	6.894	5.392
Reversão da provisão reserva de reavaliação.....	(620)	(407)
Ganhos e perdas atuariais.....	(44.045)	(30.199)
Resultado abrangente total	150.127	167.472

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros				Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Inc. Fiscais	Investimentos	Legal	Reavaliação		
Saldos 1º de janeiro de 2019		2.297.000	9.806	94.191	49.730	88.121	-	2.538.848
Aumento de capital.....		128.542	-	-	-	-	-	128.542
Absorção reserva investimento.....		94.191	-	(94.191)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	192.686	192.686
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	-	(5.483)	5.392	(91)
Ajuste reserva de reavaliação períodos anteriores...		-	-	-	-	(30.199)	-	(30.199)
Reversão da provisão para imposto de renda e contribuição social sobre a reserva de reavaliação...		-	-	-	-	-	-	-
Ajuste avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	-	9.634	-	(9.634)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.5	-	-	96.917	-	-	(96.917)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais.....	24.6	-	3.927	-	-	-	(3.927)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.3	-	-	-	-	-	(87.600)	(87.600)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		2.519.733	13.733	96.917	59.364	52.439	-	2.742.186
Saldos 1º de janeiro de 2020		2.519.733	13.733	96.917	59.364	52.439	-	2.742.186
Aumento de capital.....		87.411	-	-	-	-	-	87.411
Absorção reserva investimento.....		96.918	-	(96.918)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....		-	-	-	-	-	187.898	187.898
Realização da reserva de reavaliação.....		-	-	-	-	(6.274)	6.274	-
Ajuste de avaliação patrimonial.....		-	-	-	-	(44.045)	-	(44.045)
Destinação do lucro								
Constituição da reserva legal.....	24.2	-	-	-	9.395	-	(9.395)	-
Constituição da reserva de investimento.....	24.5	-	-	92.893	-	-	(92.893)	-
Constituição da reserva de incentivos fiscais.....	24.6	-	3.884	-	-	-	(3.884)	-
Juros sobre capital próprio.....	24.3	-	-	-	-	-	(88.000)	(88.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		2.704.062	17.617	92.892	68.759	2.120	-	2.885.450

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Lucro líquido do exercício	187.898	192.686
Ajustes do resultado do exercício:		
Depreciação e amortização	91.641	86.185
Resultado na alienação de imobilizado ...	(395)	458
Provisões.....	21.122	67.243
Participação dos empregados	7.544	13.166
Resultado de construção.....	(2.917)	(2.747)
Outras receitas não monetárias	(642)	(421)
	304.251	356.570
Redução/(aumento) nos ativos:		
Contas a receber de clientes	(1.029)	(45.892)
Estoque de material.....	770	(2.170)
Despesas antecipadas	(3)	(1.995)
Impostos a recuperar.....	(1.586)	(1.143)
Depósitos judiciais.....	(3.301)	(32.226)
	(5.149)	(83.426)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	3.844	4.507
Salários, férias e encargos sociais.....	7.188	251
Impostos e contribuições.....	1.542	(3.555)
Contribuições à FAECES	(5.728)	24.011
Outros	(40.177)	(6.321)
	(32.809)	18.893
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	266.293	292.037
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	(285.431)	(250.352)
Contratos de concessões indenizáveis	29.443	18.746
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(255.988)	(231.606)
Fluxo de caixa atividades de financiamentos		
Obtenção empréstimo bancário	8.420	11.498
Amortização empréstimo bancário	(14.652)	(12.641)
Crédito de acionistas.....	20.868	4.772
Participação de empregados.....	(12.963)	(13.123)
Subvenções para investimentos.....	(3.883)	(2.723)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(2.732)	(12.217)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	7.573	48.214
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260.615	212.401
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	268.188	260.615
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	7.573	48.214

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de Reais)

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Geração do valor adicionado		
Receita líquida dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	881.626	871.547
PIS/Cofins	91.174	90.879
Receita bruta dos serviços de abastecimento de água e esgoto.....	972.800	962.426
Outras receitas.....	8.011	7.513
Provisões diversas	(11.638)	(59.860)
Resultados não operacionais	325	(465)
	969.498	909.614
Geração do valor adicionado		
Materiais consumidos	(25.877)	(24.192)
Serviços consumidos e outros custos....	(197.412)	(196.070)
Energia e outras despesas operacionais	(103.068)	(109.944)
	(326.357)	(330.206)
Retenções		
Depreciação e amortização	(91.641)	(86.185)
	(91.641)	(86.185)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	551.500	493.223
Valor adicionado recebido em transferência		
Dividendos de investimentos avaliados ao custo.....	-	1
Receitas financeiras e variações monetárias ativas	22.801	37.092
Aluguéis.....	216	209
	23.017	37.302
Valor adicionado total a distribuir...	574.517	530.525
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Salários e encargos.....	162.658	153.095
Participação dos empregados nos lucros...	7.544	13.166
Planos de aposentadoria e pensão	3.188	2.641
Assistência médica e odontológica	4.282	3.340
	177.672	172.242
Governo	150.514	152.086
Financiadores.....	58.433	13.511
Acionistas.....	88.000	87.600
Lucros retidos	99.898	105.086
	574.517	530.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Espírito-Santense de Saneamento (CESAN), com sede na Avenida Governador Bley nº 186, Centro, 2º e 3º andar, na cidade de Vitória-ES, foi criada por meio da Lei nº 2.282/1967, alterada pelas Leis nºs 2.295/1967, 9.772/2011 e 10.478/2015 e regulamentada pelo Decreto nº 4.809/1993.

A CESAN é uma empresa de economia mista, enquadrada no Regime Jurídico de Direito Privado Brasileiro como uma sociedade anônima de capital fechado, sendo seu acionista controlador o Governo do Estado do Espírito Santo. Tem como missão prestar serviços de saneamento com qualidade, contribuindo para o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A Companhia atua na captação, no tratamento e na distribuição de água, e na coleta e no tratamento de esgotos no Estado do Espírito Santo, mediante delegação do Governo do Estado, contratos de concessão e contrato de programa com os municípios nos quais atua. Sua atividade compreende também a realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações e ampliação de redes, podendo atuar no setor de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, além de participar do bloco de controle ou do capital social de outras sociedades e constituir subsidiárias, que poderão se associar a outras empresas do setor de saneamento no Brasil ou exterior.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia atuava em 53 de um total de 78 municípios do Estado do Espírito Santo, em operações de abastecimento de água e esgotamento sanitário, sendo 924.443 economias em abastecimento de água (897.144 em 31.12.2019) e 552.035 em esgotamento sanitário (530.792 em 31.12.2019). As 10 principais concessões da Companhia possuem os seguintes prazos de vencimento:

Localidade	Concessões de Água		Concessões de Esgoto		Término Concessão
	Nº de Economias 2020	Nº de Economias 2019	Nº de Economias 2020	Nº de Economias 2019	
Vila Velha.....	189.451	188.005	106.239	103.595	26/02/2046
Serra.....	163.898	163.022	134.351	132.192	26/06/2043
Vitória.....	143.832	142.608	125.061	124.434	21/03/2049
Cariacica.....	116.056	114.491	48.295	48.030	24/06/2048
Guarapari.....	66.682	64.051	44.277	43.312	26/12/2047
Viana.....	18.208	18.069	8.894	8.874	24/06/2048
Piúma.....	14.132	13.759	8.501	8.273	10/10/2022
Nova Venécia	13.889	13.624	4.217	1.971	20/07/2039
Castelo.....	11.743	11.409	9.975	9.721	06/07/2048
Barra de São Francisco.....	11.015	10.771	3.671	3.582	21/11/2039
Outros.....	175.517	157.335	58.554	46.808	
Total.....	924.423	897.144	552.035	530.792	

Em média, os serviços da Companhia cobrem mais de 70% do Estado do Espírito Santo e 98% de todas as localidades por ela atendidas.

A Companhia, em linha com a política do Governo do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador que tem como uma de suas metas priorizar o social, vem desenvolvendo programas de investimentos para expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios que detêm a concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09 e de acordo com Práticas Contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Companhia em 1º de fevereiro de 2021.

b. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico e os financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com o CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas a respeito de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas Notas:

- **Nota Explicativa nº 06** – Créditos e contas a receber de usuários;
- **Nota Explicativa nº 10** – Imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Intangível;
- **Nota Explicativa nº 12** – Contrato de concessões indenizáveis;
- **Nota Explicativa nº 13** – Arrendamento Mercantil;
- **Nota Explicativa nº 18** – Provisões e passivos contingentes.

d. Continuidade operacional

A Administração da Companhia realiza seu planejamento com premissas de continuidade de suas atividades operacionais e não tem conhecimento de nenhuma incerteza relevante que possa gerar dúvidas sobre a continuidade operacional da Companhia. Sendo assim, as demonstrações financeiras foram elaboradas levando em conta esse pressuposto.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, inclusive nas notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas a seguir de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescidas de rendimentos apropriados pro rata temporis até a data do balanço.

b. Ativos financeiros

Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("FVTPL").

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

c. Passivos financeiros

Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para

negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial.

Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem: contas a pagar a fornecedores; outras contas a pagar; empréstimos e financiamentos; e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d. Contas a receber

d.1. De clientes

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água, pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável, constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É calculada com base na análise dos créditos e registrada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir potenciais perdas nas contas a receber. Contas a receber de valores até R\$ 15 são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na Rubrica "Despesas comerciais".

Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis. Adicionalmente, a Companhia constitui a provisão adicional sobre todos os títulos vencidos dos clientes que compõem a base de reconhecimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

d.2. Do poder concedente das concessões

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) contabilizado de acordo com o ICPC 01 quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados na construção ou ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e não recuperados pela tarifa definida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP), por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencendo



centes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante conforme detalhado na Nota nº 12, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

e. Estoques de materiais

Os estoques de materiais são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação do custo médio. Provisões para perdas de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Os estoques de materiais estão classificados no ativo circulante, enquanto aqueles destinados à execução de obras são classificados no ativo intangível em obras em andamento.

f. Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e a Lei nº 11.445/2007 - Marco Regulatório.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou seja, o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo subjacente, dos dois o menor. O padrão de consumo dos ativos tem relação com a vida útil econômica em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

O intangível inclui também os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados, considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do intangível aos quais foram incorporados.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são registradas com base nos custos incorridos para sua obtenção e para que elas estejam prontas para serem utilizadas. Esses custos são amortizados linearmente durante sua vida útil estimada.

g. Imobilizado

Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos e se caracterizam, principalmente, por bens de uso geral e edificações da Companhia.

O imobilizado é apresentado pelo custo histórico como base de valor, menos depreciação e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, bem como os juros sobre financiamentos incorridos na aquisição até a data de entrada do bem em operação. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, o custo do item possa ser mensurado com segurança e a vida útil econômica for superior a 12 meses. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação do ativo imobilizado é realizada pela vida útil estimada de cada bem. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Classes de Ativos	2020 - 2019	
	Anos	%
Edificações e estruturas.....	25	4
Móveis e utensílios.....	10	10
Veículos e equipamentos de transporte.....	5	20
Máquinas e equipamentos.....	10	10
Equipamentos - laboratório.....	10	10
Computadores e periféricos.....	5	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados periodicamente e ajustados, se apropriado, ao início de cada exercício, de forma prospectiva.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação do preço de venda com o valor contábil, líquido de depreciação, e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos, em atendimento ao CPC 27 - Ativo imobilizado, foram revisados ao final do exercício de 2020, não sendo necessário ajustes.

h. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros não derivativos

Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, ela é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, exceto estoques e Contribuição Social diferidos, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é então estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado.

i. Contas a pagar aos fornecedores

A conta "fornecedores" refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido

no período de até um ano. Caso contrário, os valores são apresentados como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo.

k. Provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece as provisões classificadas como perda provável para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais de acordo com o CPC 25. A avaliação da classificação das probabilidades de perda e saídas futuras de caixa são realizadas por nossa assessoria jurídica baseada na fase processual de cada ação, legislações vigentes no país, jurisprudências disponíveis e decisões mais recentes pelos tribunais competentes.

A administração da Companhia, embasada na opinião de seus assessores jurídicos, acredita que as provisões reconhecidas são necessárias e adequadas com base na situação dos processos judiciais e legislações em vigor no país.

l. Imposto de Renda e Contribuição Social

A tributação sobre a renda compreende o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos.

Através da Ação Cível Ordinária nº 2.730 transitada em julgado no Supremo Tribunal Federal na data de 04/05/2017, foi concedida a Imunidade Tributária Recíproca para a CESAN, conforme artigo 150 alínea "a" da Constituição Federal, sobre os impostos de competência da União.

A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, por meio da aplicação da alíquota de 9%.

A Companhia entende que, em observância ao ICPC 22, todos os reconhecimentos tributários efetuados na contabilidade e na apuração dos impostos e das contribuições sobre o lucro não apresentam tema passível de questionamento por parte das autoridades fiscais federais, quais sejam decorrentes de interpretação tributária diversa.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço, considerando as diferenças entre as bases fiscais e contábeis de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que é provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil apurado dos ativos tributários diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que toda ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto esperada aplicável no ano em que se estima que o ativo seja realizado ou que o passivo seja liquidado, baseado nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) promulgadas na data do balanço.

Impostos sobre a venda

As receitas sobre serviços estão sujeitas a impostos e contribuições e pelas seguintes alíquotas básicas:

Tributos	Alíquota %
PIS	1,65
Cofins	7,60

Esses tributos são apresentados como deduções da receita na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

A Companhia não é enquadrada como contribuinte do ICMS conforme Parecer nº 009/2012-SEFAZ-ES.

m. Contratos de concessão

A Companhia desenvolve várias ações para renovação dos Contratos de Programa de acordo com a Lei 11.445/2007, tais como participação em audiências públicas, reuniões com as câmaras, prefeituras, elaboração e revisão de instrumentos jurídicos, inclusive prestando apoio técnico na elaboração e revisão dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) junto aos municípios que detêm a concessão.

Dos 53 municípios sob concessão da CESAN, 40 possuem Contrato de Programa assinado de acordo com a Lei 11.445/2007, com prazo de vencimento entre 2019 e 2049; 3 (Laranja da Terra, Pinheiros e Presidente Kennedy) estão com contratos vencidos, todavia, com a continuidade da prestação dos serviços; e 1 (Montanha) está com as leis autorizativas aprovadas e publicadas, no entanto, falta a aprovação do plano municipal de saneamento básico, condição essencial para concluir o processo de assinatura do contrato de programa.

Os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas câmaras municipais no exercício de 2019.

O município de Piúma instituiu a lei municipal nº 2.348/2019, que, em seu artigo nº 54, determinou que o contrato de concessão existente perderá sua vigência na data de seu vencimento (10/10/2022).

O prazo referencial de validade dos Contratos de Programa é de 30 anos. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Até a data de 31 de dezembro de 2020, não foi registrada nenhuma mudança nas cláusulas contratuais que afetasse de forma significativa a relação entre a Companhia e os municípios concedentes.

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela ARSP-ES e é revisto anualmente (normalmente no mês de agosto), tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos e a modicidade tarifária, mediante mecanismos que tanto induzam a eficiência e eficácia dos serviços, quanto permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade, considerando tanto os custos e as despesas, além da remuneração dos investimentos e ativos em operação, na forma da Lei nº 11.445/07.

A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, por meio de tarifa, tendo por base o volume de água consumido e de esgoto coletado, multiplicado pelo valor do m³ fixado pela ARSP-ES.

n. Contratos de Arrendamento Mercantil

Este pronunciamento estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade.

A norma estabelece que todos os arrendamentos sejam contabilizados sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros (reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência), porém exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes em relação ao procedimento atual. Esta nova revisão incluiu duas isenções: (i) reconhecimento de arrendamentos de ativos de "baixo valor" e (ii) arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

o. Reajuste tarifário

Na data de 29/10/2020 a ARSP-ES publicou a Resolução nº 043/2020 autorizando o reajuste nas tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em 2,97% a partir de 1º de dezembro de 2020.

p. Benefícios a empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela entidade em troca de serviços prestados pelos empregados ou pela rescisão do contrato de trabalho. A Companhia é patrocinadora de dois planos de previdência privada para seus empregados, o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Definido (Plano II).

Relativamente aos benefícios oferecidos aos empregados, a empresa segue as normas estabelecidas pelo Comitê de Pronunciamento Contábil nº 33 (R1), o qual estabelece e torna obrigatório o reconhecimento oriundo dos benefícios oferecidos aos empregados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Planos de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego nos quais a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência), não tendo nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios aos empregados relativamente aos seus serviços do período corrente e anterior. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida, cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço, são descontadas aos seus valores presentes.

Planos de benefício definido

São planos de benefício pós-emprego que não sejam um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia possui os seguintes planos de benefícios a empregados, em síntese: planos de aposentadoria (normal, antecipada, por invalidez) e pensão por morte e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para cômputo da obrigação final.

Participação nos lucros

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado em função de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas "Participação de Empregados", no passivo circulante, e "Participação dos Empregados", no resultado.

q. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo governo e de que serão auferidas. Essas são registradas como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção ou assistência governamental pretende compensar.

r. Capital social

As ações são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, deduzidos de quaisquer efeitos tributários.

s. Reconhecimento da receita

O reconhecimento da receita é realizado pelo regime de competência e de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no curso normal das atividades da Companhia por ciclos mensais de faturamento, não existindo etapas contratuais na execução dos serviços prestados.

A receita é apresentada líquida dos impostos e abatimentos. As receitas de serviços não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço como contas a receber de clientes a faturar com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente inter-relacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão. O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método do custo mais margem. Essa receita passou a ser atribuída, a partir de 1º de janeiro de 2009, com base na taxa do custo ponderado médio de capital – WACC nominal, de forma integral aos custos incorridos na administração de contratos de obras e pelo resultado da margem de retorno de investimentos e a margem transferida aos fornecedores de serviços e materiais.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

t. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre imponderabilidade nos recebíveis e de juros sobre aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

u. Distribuição de dividendos

A Companhia distribui seus dividendos, quando apropriados, na forma de juros sobre o capital próprio. Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na Rubrica "Despesas Financeiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações contábeis, os juros sobre o capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados, contudo, os efeitos fiscais ficam registrados no resultado.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 e regulamentação posterior, o valor dos juros sobre capital próprio (JSCP) pagos ou creditados, individualmente aos acionistas e como remuneração do capital próprio.

v. Partes relacionadas

A Companhia reconhece como parte relacionada as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu acionista majoritário e com empresas ou órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, com a Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN (Faeces), desde que haja com essas empresas e órgãos públicos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

As operações com partes relacionadas foram praticadas pela Administração da Companhia nas mesmas condições de mercado, conforme pratica com os demais clientes.

w. Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como informação financeira adicional às demonstrações contábeis preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

x. Pronunciamentos novos ou revisados que serão aplicados a partir de 01/01/2021

Revisão da Norma IFRS 16 - Esta revisão estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, em decorrência de benefícios relacionados à Covid-19 concedidos a arrendatários em contratos de arrendamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/06/2020, podendo ser adotada antecipadamente. A Companhia já adotou esta alteração de norma no exercício de 2020, não havendo impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Revisão da Norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não circulante - A alteração da IAS 1, intitulada 'Classification of Liabilities as Current or Non-current', foi emitida em janeiro de 2020 para esclarecer as orientações da norma sobre se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante. As alterações eram efetivas para períodos de reporte em ou após 1º de janeiro de 2022.

Como resultado da pandemia da Covid-19, o IASB decidiu conceder às entidades mais tempo para implementar quaisquer alterações de classificação que possam resultar do aditivo. Sendo assim, as alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023.

Revisão da Norma IAS 37 - Contratos Onerosos - As alterações na IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes esclarecem o que representam "custos para cumprir um contrato" quando se avalia se um contrato é oneroso. Algumas entidades que aplicam a abordagem do "custo incremental" podem ter o valor de suas provisões aumentadas, ou novas provisões reconhecidas para contratos onerosos em decorrência da nova definição iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Revisão da Norma IAS 16 - Imobilizado - Resultado gerado antes do atingimento de condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

IFRS 17 - Contratos de Seguros - Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Revisão da Norma IFRS 3 - Referências à estrutura conceitual: Trata de alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual do IFRS. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

Revisão da Norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9:

Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e isenção temporária da aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2023. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

Revisão das normas IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 - Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2: Esclarece aspectos referentes à definição de taxas de juros de referência para

aplicação nestas normas. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 01/01/2021. A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Contábeis.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Caixa	64	60
Bancos - conta movimento	12.425	14.119
Aplicações financeiras de curto prazo	122.789	151.902
Total	135.278	166.081
Aplicações financeiras - livre movimentação		
Caixa Econômica Federal	83.410	82.462
Banestes	39.379	69.440
Total	122.789	151.902

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários remunerados a taxas médias de 98,0% do Fundo DI.

A Companhia mantém aplicados recursos próprios provenientes de sua atividade em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que são títulos de renda fixa cuja remuneração é baseada substancialmente na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia classificou seus títulos e depósitos vinculados como caixa e equivalentes de caixa por serem considerados ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os ativos financeiros incluem somente valores em reais, não havendo aplicações em moeda estrangeira.

Nenhum desses ativos financeiros encontra-se vencidos e não foram identificadas perdas dos seus valores recuperáveis.

5. DEPÓSITOS VINCULADOS

A Companhia mantém depositados no Banestes e na Caixa Econômica Federal recursos destinados à execução de obras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário e outras obrigações conforme quadro a seguir:

Aplicações Financeiras-Depósitos Vinculados	31.12.2020	31.12.2019
Convênios Funasa x Gov. Estado.....	2.255	1.760
Contas reservas - obras financiadas CEF ..	3.402	4.122
Conta reserva Banco do Nordeste	97	0
Conta reserva PPPs	9.518	9.323
Conta vinculada PPPs	1.426	0
Programa Águas e Paisagem	2.577	2.923
Contrapartida BNDES - Águas e Paisagem	14.700	14.312
Convênio Finep	272	265
Barragem dos Imigrantes	1	0
Governo Estado para obras diversas.....	98.255	61.432
Bloqueios judiciais	407	397
Total	132.910	94.534

6. CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a receber de usuários.....	179.317	21.476	200.793	127.440	25.431	152.871
Valores a receber de parte relacionada	15.737	-	15.737	21.408	-	21.408
Consumo não faturado	42.788	-	42.788	38.874	-	38.874
Total Contas a Receber	237.842	21.476	259.318	187.722	25.431	213.153
Arrecadação a discriminar.....	(3.901)	-	(3.901)	(3.069)	-	(3.069)
(-) Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	(86.970)	-	(86.970)	(38.501)	-	(38.501)
	(90.871)	-	(90.871)	(41.570)	-	(41.570)
	146.971	21.476	168.447	146.152	25.431	171.583



O saldo do contas a receber a longo prazo contempla parcela oriunda de parcelamento de faturas de água e esgoto cujo vencimento é 12 meses após o encerramento deste trimestre.

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<u>31.12.2020</u>		<u>31.12.2019</u>	
Valores a faturar	42.788	16,5%	38.874	15,0%
Valores faturados				
A vencer (circulante + não circulante).....	93.233	36,0%	97.078	37,4%
Total a receber vincendos	136.021		135.952	
Vencidos até 30 dias.....	25.269	9,7%	26.369	10,2%
Vencidos de 31 a 60 dias	13.111	5,1%	13.534	5,2%
Vencidos de 61 a 90 dias	8.349	3,2%	7.909	3,0%
Vencidos de 91 a 120 dias....	6.658	2,6%	5.915	2,3%
Vencidos de 121 a 150 dias..	5.969	2,3%	5.278	2,0%
Vencidos de 151 a 180 dias..	5.918	2,3%	5.070	2,0%
Vencidos acima de 180 dias..	58.023	22,4%	13.126	5,1%
	123.297		77.201	
Total.....	259.318	100%	213.153	100%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 49.460 (R\$ 64.317 em 31 de dezembro de 2019) como provisão para perdas.

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Saldo final do período anterior.....	38.501	18.295
Provisão para perdas de contas a receber	49.460	64.317
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis.....	(991)	(44.111)
Saldo final do período corrente.....	86.970	38.501

Provisão Estimada para Crédito de Liquidação Duvidosa (PE-CLD): a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, considerando a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento individualizado.

De acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros e considerando a política de recuperação de créditos atualmente adotada pela Companhia, a qual contempla negativação do cliente nos órgãos de proteção ao crédito e interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão (incorrida e esperada) é constituída com base nos valores a receber de todas as classes de consumidores vencidos há mais de 180 dias. A Companhia constitui provisão adicional para perdas a partir do vencimento individualizado de cada fatura de cliente que possua valores a receber vencidos há mais de 180 dias.

Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos

	<u>Ativos</u>		<u>Passivos</u>		<u>Líquidos</u>	
	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Contas de clientes - PDD Gerencial	30.675	26.510			30.675	26.510
Contingências trabalhistas e cíveis	46.397	71.907			46.397	71.907
Reserva de reavaliação.....			(132.484)	(138.813)	(132.484)	(138.813)
Pronunciam. CPC x Legisl. Tributária	(16.924)	(13.270)			(16.924)	(13.270)
Base de Cálculo - Diferença Temporária	60.148	85.147	(132.484)	(138.813)	(72.336)	(53.666)
Impostos ativos (passivos)	5.413	7.663	(11.924)	(12.496)	(6.510)	(4.833)

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 22.

6.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a contas a receber oriundos de faturas de água e esgoto com partes relacionadas estão assim demonstrados:

<u>Cliente</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Órgãos Públicos Estaduais.....	2.939	2.641
Órgãos Públicos Municipais	12.798	18.767
Total.....	15.737	21.408

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Imposto de renda antecipado (a).....	10.780	11.644
Contribuição social antecipada (a)	42	133
CSL base negativa	3.414	829
Cofins antecipado Lei nº 9.430/96	296	484
PIS Lei nº 9.430/96	1	35
Contribuições previdenciárias	2.979	2.711
Taxas de domínio - DNIT	1.326	1.317
Outros tributos a recuperar.....	-	98
Total.....	18.838	17.251
Circulante.....	8.058	9.762
Não circulante.....	10.780	7.489
	18.838	17.251

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social antecipados referem-se à apuração anual demonstrada na Nota Explicativa nº 31.

8. ADIANTAMENTOS E CONVÊNIOS

Os valores de adiantamentos e convênios estão assim demonstrados:

	<u>31.12.2020</u>	<u>31.12.2019</u>
Adiantamento a fornecedores.....	163	153
Adiantamento a empregados.....	6.518	6.540
Créditos de órgãos públicos	96	187
Depósitos Plano II - Faeces - Empreg.		
Desligados.....	1.109	957
Prêmios de seguros	182	229
	8.068	8.066
Circulante.....	4.580	4.812
Não circulante.....	3.488	3.254
	8.068	8.066

9. IMPOSTOS DIFERIDOS

O valor da Contribuição Social reconhecido no passivo não circulante quando corresponde a diferenças temporárias entre a legislação tributária vigente e as técnicas e pronunciamentos contábeis vigentes.



Movimento em diferenças temporárias durante o ano:

	Saldo em 31.12.2019	Reconhecimento apuração do tributo	Saldo em 31.12.2020
Reserva de reavaliação.....	(12.496)	572	(11.924)
Diferenças temporárias	7.663	(2.250)	5.413
	(4.833)	(1.678)	(6.510)

10. IMOBILIZADO

10.1. Composição dos saldos

	31.12.2019			31.12.2020	
	Taxas anuais depreciação	Total líquido	Custo	Depreciação acumulada	Total líquido
Terrenos.....	-	3.844	3.844	-	3.844
Edificações e estruturas.....	4%	11.024	23.747	(13.280)	10.467
Móveis e utensílios.....	10%	2.302	8.929	(6.933)	1.996
Veículos equip. transportes	20%	6.381	19.419	(14.245)	5.175
Máquinas e equipamentos.....	10%	3.328	16.498	(12.494)	4.005
Computadores e periféricos.....	20%	1.511	24.006	(20.440)	3.565
Total.....		28.391	96.444	(67.391)	29.053

A depreciação do exercício de 2020 apropriada ao resultado foi de R\$ 5.528 (R\$ 5.409 em 31 de dezembro de 2019) como despesa administrativa.

10.2. Movimentação

	2019			2020			Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	
Terrenos.....	3.844	1	-	3.844	-	-	3.844
Edificações e estruturas.....	23.364	-	-	23.364	383	-	23.747
Móveis e utensílios.....	8.234	913	(356)	8.791	154	(16)	8.929
Veículos equip. transportes	17.045	6.891	(1.220)	22.716	283	(3.580)	19.419
Máquinas e equipamentos.....	15.055	1.608	(2.273)	14.390	2.176	(68)	16.498
Computadores e periféricos.....	20.712	338	(125)	20.925	3.213	(133)	24.006
Subtotal.....	88.254	9.752	(3.975)	94.031	6.209	(3.796)	96.444
Depreciação acumulada.....	(63.864)	(5.409)	3.632	(65.641)	(5.528)	3.777	(67.391)
Total.....	24.390	4.343	(343)	28.391	682	(19)	29.053

11. INTANGÍVEL

11.1. Composição dos saldos

Os sistemas são explorados de acordo com os contratos de concessão com os municípios, cujo prazo de concessão normal é de 30 anos. Findos os prazos, os contratos podem ser renovados ou não.

No caso de não renovação, o valor residual de ativos será indenizado à Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha conhecimento de nenhuma intenção por parte dos municípios de interromper os referidos contratos de concessão antes de seu encerramento, não obstante, os municípios de Ponto Belo e Mucurici (com contratos em vigor até 2022) tiveram os projetos de lei para renovação da concessão por mais 30 anos rejeitados pelas câmaras municipais e o município de Piúma instituiu a lei municipal nº 2.348/2019 (Plano Municipal de Saneamento Básico), que prevê o fim do atual contrato em 2022.

	31.12.2019				31.12.2020	
	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Ajuste a valor recuperável	Valor líquido	
Ativos da concessão.....	2.115.375	3.499.868	(1.087.840)	(164.649)	2.247.379	
Intangível em andamento.....	557.980	624.177	-	-	624.177	
Software	13.999	89.632	(76.751)	-	12.880	
Total.....	2.687.355	4.213.676	(1.164.591)	(164.649)	2.884.437	

O saldo da conta Intangível em Andamento em 31 de dezembro de 2020, no total de R\$ 624.177, refere-se a obras de ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água no montante de R\$ 176.669; obras relativas à ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário no montante de R\$ 359.421; R\$ 20.937 em materiais para aplicação em obras; e R\$ 67.150 em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Capitalização de juros e encargos financeiros

Os juros e demais encargos financeiros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos de ativos durante a fase de construção são

apropriados no custo dos empreendimentos na conta de obras em andamento até a sua conclusão. Assim que o empreendimento é concluído, os juros e encargos passam a ser contabilizados como despesas financeiras.

No exercício findo em 31/12/2020 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram projetos e obras da Companhia no montante de R\$ 4.482 (R\$ 6.187 no exercício 2019).

A amortização do exercício de 2020 foi de R\$ 99.838 (R\$ 96.238 em 2019).



Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o CPC 01 (R1) aprovado, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradoras de caixa da CESAN, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não

recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;

- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foi considerado como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato.

11.2. Movimentação

Intangível	2019					Saldo em 31.12.2019
	Saldo em 31.12.2018	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste a valor recuperável	
Ativos da concessão líquidos	2.004.015	195.592	(15.581)	(87.596)	18.946	2.115.375
Intangível em andamento	507.171	232.430	(181.621)	-	-	557.980
Software	13.292	9.350	-	(8.642)	-	13.999
Total.....	2.524.478	437.372	(197.203)	(96.238)	18.946	2.687.355

Intangível	2020					Saldo em 31.12.2020
	Saldo em 31.12.2019	Adições	Baixas	Amortização	Ajuste a valor recuperável	
Ativos da concessão líquidos	2.115.375	274.127	(74.609)	(94.102)	26.587	2.247.379
Intangível em andamento	557.980	263.386	(197.189)	-	-	624.177
Software	13.999	4.617	-	(5.736)	-	12.880
Total.....	2.687.355	542.130	(271.797)	(99.838)	26.587	2.884.437

12. CONTRATO DE CONCESSÕES INDENIZÁVEIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2020, R\$ 144.208 (R\$ 173.651 em 31 de dezembro de 2019) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Esses valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital (WACC), atrelados às respectivas contas a receber.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos.

A receita de construção em concessões públicas de saneamento corresponde ao custo dos investimentos realizados pelo concessionário, acrescido de uma pequena margem de lucro. A CESAN realizou estudos com base estatística sobre seus contratos de terceirização de construções de obras, serviços, projetos e fiscalização, ponderando com o custo de oportunidade do capital, encontrando o percentual de 1,70% da margem de ganho sobre estes tipos de contratos.

Os resultados dos serviços de construção realizados pela Companhia, apurados conforme ICPC-01 e CPC 17 (R1) no exercício atual e no exercício anterior, estão demonstrados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas de construção.....	21.126	19.894
(-) Custos de construção	18.209	17.147
(=) Receita de construção líquida.....	2.918	2.747

Tais valores foram reconhecidos contabilmente no ativo intangível com contrapartida no resultado do exercício.

13. ARRENDAMENTOS

A Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivo de arrendamento, gerando o seguinte impacto:

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos de direito de uso	4.738	817
Passivo de arrendamento.....	4.738	817

O preço específico mensal do contrato será reajustado anualmente, tomando-se por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em 31 de dezembro de 2020, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos ajustados a valor presente, considerando a taxa incremental sobre empréstimos de 6,92%.

A seguir apresentamos os fluxos de pagamentos futuros, considerando a inflação projetada até o vencimento dos contratos, por natureza de arrendamento, em relação aos compromissos de arrendamento mercantil de direito de uso:

a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo)	31.12.2020		Total
	Imóveis	Veículos	
Saldo inicial 1º Janeiro 2020 ..	817	-	817
Adições	2.219	2.218	4.437
Remensurações	-	-	-
Depreciação.....	(516)	-	(516)
Saldos em 31 de dezembro 2020	2.520	2.218	4.738

b) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Passivo)	31.12.2020		Total
	Imóveis	Veículos	
Saldo inicial 1º Janeiro 2020 ..	817	0	817
Adições	2.219	2.218	4.437
Remensurações	-	-	0
Contraprestação Principal	(516)	-	(516)
Contraprestação Juros.....	(253)	(97)	(350)
Juros	253	97	350
Saldos em 31 de dezembro 2020	2.520	2.218	4.738
Passivo Circulante.....	1.291	1.900	3.191
Passivo não circulante	1.229	318	1.547

Expectativa de inflação futura

Ano	Valor %
2020.....	3,61
2021.....	3,75
2022.....	3,50

Fonte: Boletim Focus - Banco do Brasil de 27 de dezembro de 2019 - IPCA Mediana - Agregado

14. FORNECEDORES

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia.

Os saldos estão assim demonstrados:

	31.12.2020	31.12.2019
Fornecedores de materiais.....	10.785	8.617
Fornecedores de serviços.....	36.138	35.277
Total.....	46.923	43.894
Circulante.....	46.107	43.078
Não circulante.....	816	816
	46.923	43.894

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31.12.2020			31.12.2019		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Em moeda nacional						
CEF.....	13.765	176.481	190.246	13.625	182.890	196.515
Banestes - Finame.....	-	-	-	24	-	24
Banco do Nordeste.....	122	2.868	2.990	-	2.929	2.929
BNDES.....	-	23.320	23.320	-	23.320	23.320
Total.....	13.887	202.669	216.556	13.649	209.139	222.788

	Movimentação			
	31.12.2019	Adição	Amortização	31.12.2020
CEF.....	196.515	8.298	(14.567)	190.246
BNDES.....	23.320	-	-	23.320
Banco do Nordeste.....	2.929	122	(61)	2.990
Banestes - Finame.....	24	-	(24)	-
Total.....	222.788	8.420	(14.652)	216.556

Caixa Econômica Federal – formado por 40 contratos, com recursos do FGTS, utilizados para implantação e ampliação de Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, em diversos municípios do Estado do Espírito Santo. O prazo final para pagamento é em 2041. As taxas de juros dos contratos variam de 6,00% a 8,00% a.a., utilizando como indexador a Taxa Referencial (TR).

Garantias

As garantias dos contratos da Caixa estão estabelecidas da forma padronizada, conforme segue:

"O Tomador oferece à Caixa, a partir da data de assinatura do contrato, em caráter irrevogável e irretratável, até que a dívida seja integralmente quitada, o penhor dos direitos emergentes de contrato(s) de concessão ou contrato(s) de programa, caucionando os direitos creditórios referentes à arrecadação da receita tarifária obtida pelo Tomador em virtude da exploração dos serviços de saneamento básico, em conformidade com o que preconiza os artigos 1.451 a 1.460 do Código Civil Brasileiro e o artigo 28 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

A receita garantida pelo presente penhor corresponde ao valor de três vezes o encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito, calculado com base na última cobrança disponível para o contrato, permanecendo a receita ora dada em garantia vinculada até a total liquidação das obrigações assumidas no contrato, depositada na Conta Arrecadadora."

BNDES – Contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social para garantir recursos da contra-partida para as obras do Programa Águas das Paisagens.

Obrigações Especiais da Beneficiária relativas ao Desempenho Financeiro – Covenants

A cláusula nona do Contrato nº 18.2.0347.1 prevê a manutenção até a vigência do contrato de todos os índices financeiros abaixo estipulados, a serem apurados semestralmente com base nas informações constantes nas demonstrações financeiras contábeis consolidadas.

Índice	Meta	31.12.2020	31.12.2019
EBTIDA Ajustado/Serv. Dívida Ajustado.....	>1,5	7,37	6,94
Dívida Líquida Ajustada+Outras Dívidas/EBTIDA Ajustado.....	<4,0	(0,18)	(0,11)

Definições

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida = EBTIDA/Serviço da Dívida.....	7,37	6,94
EBTIDA AJUSTADO = Resultado Operacional antes das despesas (receitas) financeiras, impostos (IRPJ e CSLL), acrescido da depreciação e amortização e subtraído dos Ajustes IFRS (resultado entre receitas e custos relativos à prestação de serviços de construção, acrescido das Receitas Financeiras calculadas na taxa efetiva de juros sobre os Ativos Financeiros, quando existirem).....	277.511	264.176
Serviço da Dívida = Amortização de principal + pagamento de juros.....	37.642	38.058
Dívida líquida ajustada = Empréstimos + financiamentos + Debêntures - Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(51.631)	(37.826)
Outras Dívidas = Obrigações Previdenciárias e com Plano de Assistência Médica + Parcelamento de Dívidas Tributárias + Parcelamento de dívidas com fornecedor de Energia Elétrica.....	898	8.227

Banco do Nordeste do Brasil S/A – Contrato firmado com o objetivo de executar obras de ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário nos municípios castrados na área da Sudene operados pela CESAN, no território do Estado do Espírito Santo.

A garantia deste contrato é que seja transitado mensalmente na conta vinculada do Banco do Nordeste (BNB) o valor de R\$ 7.658 e ainda que seja mantida conta reserva no valor de R\$ 3.006.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os impostos e as contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31.12.2019	31.12.2020
ISS retido na fonte	1.571	1.520
Contribuição social.....		3.280
Contribuições retidas na fonte	991	869
PIS	696	723
Cofins	3.222	3.366
INSS retido na fonte	1.267	968
Imposto de renda retido na fonte.....	3.091	248
Total.....	10.838	10.974

17. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

Os salários e encargos sociais a pagar estão assim demonstrados:

	31.12.2020	31.12.2019
INSS a pagar	10.773	9.476
FGTS a pagar.....	3.434	1.742
Sesi/Senai a pagar	370	64
Consignações a pagar	1.697	1.745
Férias a pagar.....	17.252	16.157
13º a pagar.....	877	-
Licença-prêmio	7.567	5.598
Total.....	41.970	34.782

18. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

18.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem os de natureza cível, trabalhista, tributária e ambiental. A CESAN mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face diante das questões judiciais nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte maneira:

Movimentação dos processos judiciais

Circulante	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2020
Trabalhista.....	950	15.664	(1.463)	15.151
Tributário	2.525	-	(1.627)	898
Cível	33.420	10.373	(21.167)	22.626
Total.....	36.895	26.037	(24.257)	38.675

Não circulante

Trabalhista.....	53.463	4.000	(31.390)	26.073
Ambiental.....	1	100	-	101
Total.....	53.464	4.100	(31.390)	26.174

Movimentação depósitos judiciais

Não circulante	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2020
Cível.....	20.576	660	(17.673)	3.563
Tributário	17.451	370		17.821
Ambiental.....	-			-
Trabalhista.....	35.719	22.112	(2.168)	55.663
Total.....	73.746	23.142	(19.841)	77.047

a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços, etc.;

b) A provisão tributária refere-se a autos de infração do INSS em decorrência de fiscalizações realizadas. A Companhia vem contestando administrativa e judicialmente os referidos autos;

c) As provisões trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade subsidiária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicio-

nal noturno, intervalo intrajornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas;

d) As provisões ambientais referem-se à ação judicial movida pelo Ministério Público Estadual.

18.2 Passivos contingentes

A Companhia discute outras ações judiciais para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas, embasada na opinião de nossos assessores jurídicos, não constitui provisão para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25, pois considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento na instância judicial, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, estão assim distribuídos:

Natureza	31.12.2020	31.12.2019
Cível.....	27.575	24.244
Trabalhista.....	49.732	36.633
Tributária	16.757	9.281
Total.....	94.064	70.158

19. CONTRIBUIÇÕES PARA FAECES (BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO)

Política contábil

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN (Faeces), entidade fechada de previdência complementar.

19.1. Plano de benefício definido

São planos de benefícios pós-emprego que não sejam de contribuição definida. Pelos planos de benefícios definidos a obrigação da entidade empregadora é a de proporcionar os benefícios acordados com os empregados correntes e antigos. Os riscos atuarial (que os benefícios custem mais do que o esperado) e de investimento recaem, substancialmente, na entidade empregadora. Se a experiência atuarial ou de investimento for pior que a esperada, a obrigação da entidade empregadora pode ser aumentada.

19.1.1. Plano de custeio

- Contribuição mensal dos participantes;
- Contribuição mensal dos patrocinadores;
- Dotação dos patrocinadores, a serem fixadas atuarialmente;
- Receitas de aplicação do patrimônio;
- Doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias, não previstas nos itens precedentes.

19.1.2. Benefícios

Plano instituído em 25 de maio de 1995, cujo regulamento está adaptado aos ditames das Leis Complementares nº 108/01 e nº 109/01, garantindo o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido, resgate e auto-patrocínio, e prevendo a concessão dos seguintes benefícios complementares aos da Previdência Oficial:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação da aposentadoria por tempo de serviço, inclusive sob a forma antecipada;
- Suplementação da aposentadoria por idade;
- Suplementação da aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Pecúlio por morte.

a) Salário de participação

O salário de participação (SP) é a base de cálculo de contribuições e benefícios dos participantes e equivale à soma dos valores pagos pelo patrocinador a título de ordenado fixo, adicional por tempo de serviço e quinquênio.

b) Salário real de benefício

O salário real de benefício (SRB) corresponderá a 78% da média aritmética simples dos 12 últimos salários de parti-

cipação anteriores ao mês do início do benefício, excluído o 13º salário, corrigido para esse mês pela variação do INPC (IBGE).

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

Para a obtenção de qualquer das suplementações de aposentadoria é indispensável a concessão do benefício básico pela Previdência Oficial, sendo, no caso de aposentadoria programada (tempo de serviço, idade e especial), exigido ainda o desligamento do quadro de pessoal da patrocinadora.

Carências (aposentadoria programada)

- **Idade mínima:** 55 anos, no caso de aposentadoria por tempo de serviço, e 53 anos, no caso de aposentadoria especial;
- **Tempo mínimo de empresa:** 10 anos (fundadores);
- **Tempo mínimo de plano:** 15 anos (não fundadores).

Carência (aposentadoria por invalidez)

- **Tempo mínimo de plano:** dois anos, exceto nos casos de invalidez involuntária.

Suplementação de aposentadoria

A suplementação de aposentadoria corresponderá ao maior valor entre a diferença do SRB e o benefício concedido pela previdência oficial e 15% do SRB.

Suplementação de pensão

- **Por morte em atividade:** 75% da suplementação de aposentadoria por invalidez que o participante teria direito na data da sua morte;
- **Por morte na aposentadoria:** 75% da suplementação da aposentadoria que o assistido recebia por ocasião do seu falecimento.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o da suplementação de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do INPC, divulgado pelo IBGE, no período compreendido entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.2 Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19.2.1. Plano de custeio

- Rendimentos das aplicações do patrimônio;
- Outras fontes de receitas legalmente permitidas;
- Recursos portados de outras entidades de previdência complementar;
- Contribuições mensais dos participantes, assim estabelecidas no regulamento:
- Contribuição Básica de Participante, de caráter opcional, corresponde ao resultado da aplicação sobre o salário de participação de um percentual escolhido pelo participante, respeitando-se o mínimo de 1% efetuado no máximo 12 vezes por ano;

- Contribuições Adicionais, de caráter voluntário, efetuadas a qualquer época, sendo seus valores livremente escolhidos pelo participante, observadas as disposições legais;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o patrocinador, os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Participante, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o patrocinador, as despesas administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente;
- Contribuição de Participante em Benefício Proporcional Diferido, de caráter opcional, que consiste em aporte de contribuições do participante que tenha optado pelo benefício proporcional diferido.

Contribuições mensais dos patrocinadores, assim estabelecidas no regulamento:

- Contribuição Normal de Patrocinador, igual à Contribuição Básica de Participante, limitada a 7,5% do salário de participação, efetuada no máximo 12 vezes por ano;
- Contribuições de Benefícios de Risco de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, destinadas a custear, paritariamente com o participante, os benefícios de aposentadoria por invalidez, pensão por morte e pecúlio;
- Contribuições Administrativas de Patrocinador, de caráter mensal e obrigatório, estabelecidas no Plano de Custeio Anual, são destinadas a custear, paritariamente com o participante, as despesas administrativas, observados os limites estabelecidos pela legislação pertinente.

A contribuição normal de patrocinador, relativa a cada participante, cessará automaticamente na primeira das seguintes ocorrências:

- Término do vínculo por qualquer razão;
- Quando o participante for elegível ao benefício de aposentadoria normal;
- Em caso de concessão de benefício assegurado por este regulamento.

19.2.2. Benefícios

Plano instituído em 1º de fevereiro de 2006, cujo regulamento prevê a concessão dos seguintes benefícios:

- Renda de aposentadoria por invalidez;
- Renda de aposentadoria normal;
- Renda de aposentadoria antecipada;
- Complementação de pensão por morte;
- Pecúlio por morte;
- Abono anual.

O regulamento garante ainda o direito aos institutos de portabilidade, benefício proporcional diferido e resgate. Além disso, permite o pagamento em parcela única de até 25% do saldo de conta aplicável.

a) Salário de participação

O salário de participação (SP) é a base de cálculo das contribuições dos participantes e equivalerá à soma das rubricas fixas relativas à remuneração do participante, pagas mensalmente e em caráter habitual pelo patrocinador, excluindo-se as parcelas pagas com a periodicidade não mensal, tais como: 13º salário, horas extras, gratificações, participação em resultados, bônus, abono e adicional de férias.

b) Salário real de benefício

O salário real de benefício (SRB) é o valor correspondente à média aritmética simples dos 12 últimos salários de participação, atualizados monetariamente pelo INPC até o mês da concessão do benefício, e será aplicado no cálculo da renda vitalícia de invalidez.

Unidade mínima Faeces

Valor correspondente a R\$ 605,96 em 31 de dezembro de 2020, reajustado anualmente no mês de maio pela variação INPC, da Fundação IBGE.

c) Condições gerais para concessão e manutenção dos benefícios

- **Carências (aposentadoria programada):** a complementação de aposentadoria será concedida ao participante que a requerer, desde que:
 - Tenha completado dez anos de contribuição para o plano;
 - Comprove a cessação do vínculo empregatício com o patrocinador.
 - Tenha atingido a idade mínima:
 - > Aposentadoria normal: 55 anos de idade;
 - > Aposentadoria antecipada: 50 anos de idade.
- **Carência (aposentadoria por invalidez):**
 - Tempo mínimo de plano: 2 anos, exceto nos casos de invalidez involuntária;
 - Concessão do respectivo benefício básico pela Previdência Oficial.

Renda de aposentadoria normal e antecipada

O valor inicial do benefício de aposentadoria normal ou antecipada será obtido a partir da conversão atuarial em renda vitalícia do saldo de conta aplicável na data do requerimento, conforme as regras estabelecidas no regulamento.

Renda de aposentadoria por invalidez

O valor inicial do benefício de aposentadoria por invalidez corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do saldo de conta aplicável na data do requerimento em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário real de benefício e 10 unidades mínimas Faeces;
- 10% do salário real de benefício.

Renda de pensão por morte em atividade

O valor inicial do benefício de pensão por morte em atividade corresponderá ao maior valor entre:

- O resultado da conversão atuarial do saldo de conta aplicável no mês de falecimento do participante em renda mensal vitalícia;
- A diferença de 60% do salário real de benefício e 10 unidades mínimas Faeces;
- 10% do salário real de benefício.

Renda de pensão por morte na aposentadoria

- No caso de falecimento de assistido em gozo do benefício de aposentadoria normal ou de aposentadoria antecipada, o valor mensal do benefício de pensão por morte após a aposentadoria será igual a um percentual do valor do benefício que o assistido percebia da Faeces, variável entre 60% e 100%, de acordo com a opção feita pelo participante falecido na data da sua aposentadoria;
- No caso de falecimento de assistido em gozo do benefício de aposentadoria por invalidez que tenha beneficiário, o valor mensal do benefício de pensão por morte após a aposentadoria será igual a 100% do valor do benefício que o assistido percebia da Faeces.

Pecúlio por morte

Benefício de pagamento único, devido em caso de morte do participante ativo ou assistido, de valor correspondente a cinco vezes o valor da renda de aposentadoria que ele percebia ou que perceberia caso se invalidasse na data do óbito.

Reajuste

As suplementações serão reajustadas no mês de maio de cada ano pela variação do INPC, divulgado pelo IBGE, no período compreendido

entre maio do ano anterior ao de competência do reajuste e abril do ano de competência do reajuste.

19.3. Premissas utilizadas para o cálculo do passivo e das projeções

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos com benefícios definidos. Os itens seguintes registram as principais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial, classificadas em quatro categorias: econômicas, biométricas, demográficas e outras.

19.3.1. Hipóteses econômicas e financeiras

19.3.1.1. Indicadores

- a) Indexador econômico: INPC;
- b) Retorno dos investimentos: indexador econômico + 3,08% a.a.;
- c) Inflação futura estimada para cálculo de perdas e ganhos: 3,27% a.a.;
- d) Taxa para desconto a valor presente: inflação + 3,08% a.a.;
- e) Crescimento real anual de salários: 1,83%;
- f) Crescimento real dos benefícios do plano: nulo.

19.3.1.2. Fator de capacidade

O fator de capacidade reflete o impacto da deterioração pela inflação de valores monetários entre duas datas base de reajuste:

- a) **Capacidade salarial:** não adotado;
- b) **Capacidade do benefício:** não adotado.

19.3.1.3. Hipóteses biométricas e demográficas

19.3.1.4. Biométrica (ativos, aposentados e pensionistas)

- a) **Mortalidade geral:** AT-2000 Masculina, suavizada em 15%;
- b) **Entrada em invalidez:** Grupo Americana;
- c) **Mortalidade de inválidos:** Tábua AT-49 Masculina.

19.3.1.5. Demográfica (ativos)

- a) **Rotatividade:** fechado para novas adesões;
- b) **Geração futura:** não adotada. Os compromissos dos novos ingressantes são apurados somente após sua efetiva adesão ao plano.

19.3.1.6. Outras hipóteses

- a) **Entrada em aposentadoria:** 100% dos participantes ativos se aposentarão quando se habilitarem ao benefício regulamentar;
- b) **Composição familiar do participante:** considera-se que 90% serão casados na aposentadoria, sendo as esposas quatro anos mais jovens, com dois filhos dependentes, cuja maioridade será alcançada quando ele atingir 55 anos;
- c) **Composição familiar do participante aposentado e do pensionista:** adotada a composição familiar real.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial nos exercícios ora apresentados abaixo são:

Plano de Benefício Definido

Exercício fiscal findo em: 31.12.2020 31.12.2019

A. Reconciliação do valor das obrigações atuariais

Valor das obrigações no início do ano	479.891	389.845
Custo do serviço corrente	2.851	1.897
Juros sobre a obrigação atuarial	32.130	33.074
Contribuições projetadas (-)	(4.703)	-
Contribuições efetivas participantes ativos	2.318	-
Benefícios pagos no ano	(26.914)	(26.219)
(Ganho)/perda atuarial.....	37.047	81.294
Valor das obrigações no final do ano	<u>522.620</u>	<u>479.891</u>

**B. Reconciliação do valor justo dos ativos**

Valor justo dos ativos no início do ano...	400.279	334.731
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	26.843	28.579
Contribuições normais patronais	775	1.166
Contribuições extraordinárias patronais...	5.702	6.526
Contribuição de participantes vertidas ao plano	2.318	4.334
Contribuições extraordinárias participantes.....	-	-
(-) Contribuições para custeio administrativo.....	(2.910)	(2.871)
(-) Benefícios pagos no ano	(26.914)	(26.276)
Ganho/(perda) atuarial nos ativos do plano	(1.428)	54.090
Ativos financeiros no final do exercício...	404.665	400.280

C. Conciliação dos valores reconhecidos no balanço

Valor presente das obrigações atuariais com cobertura.....	522.620	479.891
Valor justo dos ativos do plano	(404.665)	(400.280)
Déficit/(superávit) para cobertura de planos.....	117.955	79.611
Contrato de confissão de dívida contabilizado.....	-	5.701
Total do passivo a ser reconhecido ..	117.955	73.910

Passivo/(Ativo) líquido**D. Componentes da despesa / (receita) do plano**

Custo do serviço corrente	2.851	1.897
Juros sobre as obrigações atuariais	32.130	33.074
Rendimento esperado dos ativos do plano	26.843	28.579
Total da despesa (receita) a ser reconhecida	61.824	63.550

E. Resumo dos dados cadastrais**Participantes ativos**

Quantitativo.....	352	355
Salário médio (R\$)	7.905	7.236
Idade média	59	58
Tempo médio para aposentadoria	2	3
Tempo médio de serviço	35	34

Aposentados

Quantitativo.....	717	737
Idade média	70	69
Valor médio das contribuições (R\$)	195	188
Benefício médio (R\$).....	2.605	2.502

Pensões

Quantitativo.....	230	217
Idade média	67	66
Benefício médio.....	869	840

Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) do plano

Taxa de juros nominal		3,10
Projeção salarial (ao ano)		1,83
Inflação (ao ano).....		3,61

Projeção da despesa/(receita) para exercício de 2021

Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	33.712
(-) Redução de juros por pagamento de benefícios.....	(923)

Juros líquidos sobre as obrigações calculadas

32.789

Rentabilidade esperada para o próximo exercício

Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros.....	26.104
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	106
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios.....	(923)

Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros.....

25.287

Custo do serviço corrente	3.908
Custos líquidos sobre obrigação atuarial ..	32.790
(-) Contribuições normais esperadas de participantes.....	(2.513)
(-) Rentabilidade líquida dos ativos financeiros.....	(25.287)

Total da despesa/(receita) a ser reconhecida no próximo exercício....

8.898

O quadro a seguir demonstra a posição da parcela amortizante, relativa ao compromisso da CESAN junto à Faeces:

	31.12.2020	31.12.2019
Passivo circulante	482	4.784
Passivo não circulante	-	1.425
Plano de aposentadoria	117.955	73.910
Total.....	118.437	80.119

	31.12.2020	31.12.2019
Contribuição ao Plano II - CD.....	3.051	2.833

Total.....

3.051 **2.833**

A FAECES apresentou a CESAN o Relatório de Avaliação Atuarial e o Relatório de Fiscalização da PREVIC onde consta o Plano de Custeio baseado na avaliação atuarial referente ao encerramento do exercício de 2020 do Plano de Benefício Definido (Plano I) e Plano de Contribuição Definida (Plano II). A administração, de posse dos relatórios, procederá revisão dos cálculos atuariais a fim de validar os números apresentados.

20. CRÉDITOS DE ACIONISTAS

A Companhia recebeu créditos monetários do Estado do Espírito Santo, seu acionista controlador, para execução de obras de abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário para os municípios que detêm a concessão conforme quadro abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Créditos monetários de acionistas.....	55.282	34.748
Total.....	55.282	34.748

Movimentação dos créditos de acionistas

	31.12.2019	Adições	Baixas	31.12.2020
Créditos para investimentos	34.748	20.534		55.282
	34.748	20.534		55.282

21. SUBVENÇÕES PARA INVESTIMENTO

A Companhia recebe repasses de órgãos públicos para execução de obras em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em determinadas localidades e/ou regiões. Os valores são reconhecidos como receita quando do efetivo reconhecimento da despesa.

- Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Novo Brasil e Adjacências, com a obra em operação;
- Recursos recebidos para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Areinha e Adjacências, com a obra em operação;
- Recursos recebidos para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Vila Itaúnas, município de Conceição da Barra, com a obra em operação;
- Recursos oriundos da isenção de ICMS nas operações internas com energia elétrica destinadas ao seu consumo, realizadas até 31 de dezembro de 2014, para serem gastos em investimentos nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário;
- Obras dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Cercado da Pedra, localizado no município de Serra, doadas à CESAN pela Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial (Suppin);
- Obras do Sistema de Esgotamento Sanitário do bairro Grande Vitória e adjacências, localizado no município de Vitória, repassado para operação da CESAN;
- Obras do Sistema de Abastecimento de Água do distrito de Caxixe, construído pelo município de Venda Nova do Imigrante e repassado para operação da CESAN;
- Obras do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário do Loteamento Morada do Sol, no município de Vila Valério.



	31.12.2020	31.12.2019
Município de Cariacica (a)	282	290
Município de Viana..... (b)	183	188
Secret. Estado de Turismo (c)	286	500
Governo do Estado-Conv. ICMS (d)	1.845	3.229
Suppin - Serra (e)	4.418	4.536
Pref. Vitória (f)	41.940	44.095
Vila Valério (g)	426	426
Venda Nova do Imigrante (h)	778	777
Total	50.158	54.041

Instrumentos financeiros**Ativos financeiros****Empréstimos e recebíveis**

Caixa e equivalentes de caixa.....		
Contas a receber de clientes		
Depósitos vinculados.....		
Adiantamentos e convênios.....		
Contratos de concessão indenizáveis		

Total do ativo financeiro**Passivos financeiros****Outros passivos financeiros**

Empréstimos, financiamentos e arrendamento.....		
Fornecedores		
Arredamento mercantil.....		
Créditos de acionistas		

Total passivo financeiro

A Companhia está exposta a riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os riscos de mercado englobam três tipos: riscos de juros, de câmbio e de preços.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

A análise de sensibilidade do respectivo item da demonstração de resultado é o efeito das mudanças presumidas nos respectivos riscos de mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Risco de preço

O fluxo de caixa da CESAN não está sujeito às variações nos preços de mercado, visto que as tarifas são previamente definidas pela ARSP-ES para uma periodicidade anual.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

No tocante a riscos de elevação a taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do passivo líquido, indexado à variação da TR.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**a. Gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e em curto prazo, que resultam diretamente de suas operações.

Visão geral

O quadro a seguir demonstra a posição em aberto referente a instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

Mensuração	31.12.2020		31.12.2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Custo Amortizado	135.278	135.278	166.081	166.081
Custo Amortizado	168.447	168.447	171.583	171.583
Custo Amortizado	132.910	132.910	94.534	94.534
Custo Amortizado	8.068	8.068	8.066	8.066
Custo Amortizado	144.208	144.208	173.651	173.651
	588.911	588.911	613.915	613.915
Custo Amortizado	216.556	216.556	222.788	222.788
Custo Amortizado	46.923	46.923	43.894	43.894
Custo Amortizado	4.738	4.738	817	817
Custo Amortizado	55.282	55.282	34.748	34.748
	323.499	323.499	302.247	302.247

a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Sensibilidade da taxa de juros

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros nessa porção de empréstimos a pagar. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o lucro da Companhia antes da tributação é afetado pelo impacto sobre empréstimos a pagar sujeito a taxas variáveis, como descritas a seguir:

	Aumento / redução em pontos-base	Efeito no lucro antes da tributação
31.12.2020		
R\$ 216.556.....	+ 0,5%	1.083
	- 0,5%	(1.083)
31.12.2019		
R\$ 222.788.....	+ 0,5%	1.114
	- 0,5%	(1.114)

Perfil

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	Valor contábil	
	31.12.2020	31.12.2019
Instrumentos de taxa fixa		
Ativos financeiros	588.911	613.915
Passivos financeiros	(323.499)	(302.247)
	265.412	311.668

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros de taxa fixa

A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e não designa derivativos (swap de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de hedge de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

Valor justo contra valor contábil

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

A Companhia reconhece seus créditos a receber pelo valor contábil, uma vez que os juros incidentes sobre as faturas de águas e esgoto são calculados entre a data de vencimento da fatura e o efetivo pagamento, momento em que é reconhecido contabilmente:

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2020					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	135.278	-	135.278
Depósitos vinculados.....	5	-	132.910	-	132.910
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	168.447	-	168.447
Adiantamentos e convênios.....	8	-	8.068	-	8.068
Contrato de concessão indenizáveis	12	-	144.208	-	144.208
		-	588.911	-	588.911
Empréstimo e financiamentos e arrendamento	15	-	-	216.556	216.556
Fornecedores	14	-	-	46.923	46.923
Arrendamento mercantil.....	13	-	-	4.738	4.738
Crédito de acionistas.....	20	-	-	55.282	55.282
		-	-	323.499	323.499

	Nota	Mantidos até o vencimento	Empréstimos e recebíveis	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total contábil
31 de dezembro de 2019					
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	-	166.081	-	166.081
Depósitos vinculados.....	5	-	94.534	-	94.534
Contas a receber de clientes e outros créditos	6	-	171.583	-	171.583
Adiantamentos e convênios.....	8	-	6.071	-	6.071
Contrato de concessão indenizáveis	13	-	173.651	-	173.651
		-	611.920	-	611.920
Empréstimo bancário garantido	15	-	-	222.788	222.788
Fornecedores	14	-	-	43.894	43.894
Arrendamento mercantil.....	13	-	-	817	817
Crédito de acionistas.....	20	-	-	34.748	34.748
		-	-	302.247	302.247

Taxas de juros utilizadas para determinar o custo amortizado

	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	6,92	6,92
	6,92	6,92

Taxa de desconto

A taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa da Companhia foi baseada na taxa de juros livre de risco para título de 10 anos emitidos pelo Tesouro Nacional, considerando que este não foi refletido nos fluxos de caixa.

I. Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A Companhia deve, por força da lei, aplicar seu caixa excedente junto a instituições financeiras oficiais. Os riscos de crédito são atenuados pela venda a uma base de clientes geograficamente dispersa.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito a procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes.

No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

Conta-corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo (*)

	31.12.2020	31.12.2019
AAA.....	704	716
AA+.....	91.549	91.499
AA-.....	222	240
A+.....	175.656	168.147
A.....	57	12
	268.188	260.614

(*) Conforme classificação de rating pela agência de risco Fitch Rating

II. Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições finan-



ceiras do governo estadual e federal, e financiamentos nos mercados internacionais e locais.

A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacional.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Faixas de vencimento (i)				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos	
Em 31 de dezembro de 2020					
Empréstimos e financiamentos	13.888	26.698	28.759	147.211	216.556
Créditos de acionistas	55.282	-	-	-	55.282
Fornecedores e outras obrigações	46.923	-	-	-	46.923
	116.093	26.698	28.759	147.211	318.761
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	13.649	26.721	27.179	155.239	222.788
Créditos de acionistas	34.748	-	-	-	34.748
Arrendamento mercantil	516	301	-	-	817
Fornecedores e outras obrigações	43.894	-	-	-	43.894
	92.807	27.022	27.179	155.239	302.247

(i) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias como impostos, dividendos, juros sobre capital próprio, previdência complementar, provisões etc.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida:

	31.12.2020	31.12.2019
Total dos empréstimos e debêntures (Nota 15)	216.556	222.788
Menos: caixa e equivalente de caixa (Nota 04)	135.278	166.081
Dívida líquida	81.278	56.707
Total do patrimônio líquido	2.885.450	2.742.186
Total do capital	2.966.728	2.798.893
Índice de alavancagem financeira %	3	2
Índice de capital de terceiros %	3	2

23. PARTES RELACIONADAS

23.1. Governo do Estado

A Companhia é controlada diretamente pelo Governo do Estado com 85,84% das ações e, de forma indireta, pela Agência de Desenvolvimento em Redes do Estado do Espírito Santo, com 13,95% de ações, totalizando 99,79%. Os 0,21% remanescentes são detidos por acionistas não controladores.

Além do saldo decorrente dos investimentos realizados pelo Governo do Estado por meio de aporte de recursos para realização de obras, conforme demonstrado na nota explicativa nº 20, as demais transações com partes relacionadas são decorrentes do fornecimento de água e dos serviços de esgotamento sanitário para os órgãos ligados à Administração Pública do Estado.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados até 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados nas Notas nºs 6.1 e 25.1, respectivamente.

A Companhia destinou ao Estado do Espírito Santo, juros sobre capital próprio no valor de R\$ 87.817 (R\$ 87.410 em 31/12/2019), que depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

23.2. Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN (Faeces)

A Companhia realiza operações com a Faeces como patrocinadora dos planos de benefício definido, contribuição definida e plano de saúde no valor total de R\$ 19.001 (R\$ 32.197 em 31/12/2019). Não existem operações comerciais entre as partes.

23.3. Remuneração aos administradores

Remuneração, encargos sociais e benefícios pagos aos administradores até 31 de dezembro de 2020 estão detalhados abaixo:

	31.12.2020	31.12.2019
Remuneração	2.463	2.282
Encargos sociais	760	598
Participação nos resultados	208	154
Benefícios	25	57
	3.456	3.091

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

24.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.704.061.255,00 (R\$ 2.519.733.059,00 em 31 de dezembro de 2019), representado por 2.704.061,255 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Governo do Estado do Espírito Santo	2.321.278.269	85,84%
Agência de Desenvolvimento em Redes do Espírito Santo	377.246.196	13,95%
Minoritários	5.536.790	0,21%
	2.704.061.255	100%

24.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e o artigo 30, letra "a" do Estatuto Social da Companhia, a base de 5% do lucro líquido, não excedendo a 20% do capital social integralizado. O valor reconhecido neste exercício foi de R\$ 9.395 (R\$ 9.634 em 31/12/2019). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

24.3. Dividendos

Conforme estabelecido na alínea "a" do §1º art. 33 do Estatuto Social, a quota é destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas, a razão mínima de 25%.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprios propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:



O valor apurado dos juros sobre capital próprio em 31/12/2020 foi de R\$ 88.000 (R\$ 87.600 em 31/12/2019), sendo retido o valor de R\$ 27 (R\$ 28 em 31/12/2019) a título de Imposto de Renda Retido na Fonte.

	31.12.2020	31.12.2019
Lucro líquido do exercício.....	187.898	192.686
Reserva legal (5%)	(9.395)	(9.634)
Realização da reserva de reavaliação.....	5.303	5.799
Base de cálculo dos dividendos.....	183.806	188.851
Dividendos (25%)	45.952	47.213
Juros sobre capital próprio.....	88.000	86.700
Imposto de renda retido na fonte.....	(27)	(28)
Valor líquido para distribuição	87.973	86.672

24.4. Reserva de reavaliação

A Companhia realizou no exercício a título de reserva de reavaliação o montante de R\$ 6.274 (R\$ 5.483 em 31/12/2019), líquido da contribuição social sobre o lucro. A realização da reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens patrimoniais registrados no ativo imobilizado e intangível, objeto das reavaliações.

24.5. Reserva para investimentos

De acordo com o Estatuto da Companhia, em seu artigo 33, parágrafo 1º, letra "c", o lucro do exercício poderá ser destinado à constituição de reservas especiais a serem estabelecidas pela Assembleia Geral. Esta destinação é realizada somente ao final do exercício.

A Companhia apurou no exercício de 2020 o valor de R\$ 92.893 (R\$ 96.917 em 31/12/2019), o qual propõe a retenção dos lucros para aplicação em novas obras nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário para o exercício de 2021, conforme detalhado abaixo e aprovado no Plano de Negócios da CESAN.

Programas	Previstos 2021		
	Recursos próprios	Outras fontes	Total previsto
Implant. e ampl. sist. abast. água	72.652	48.424	121.076
Implant. e ampl. sist. esgot. sanitário	104.315	111.640	215.955
Desenv. operacional / institucional	50.065	12.586	62.651
	227.032	172.650	399.682

24.6. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia mantém todos os valores recebidos de órgãos governamentais registrados nas contas contábeis de subvenções para investimentos. Em geral são contrapartidas a empreendimentos de água e esgoto realizados no exercício. Esses valores não são distribuídos ou utilizados antes do prazo legal permitido em legislação

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Fornecimento de água

	Número de economias		Valores em R\$ mil	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
Residencial	847.938	824.077	480.894	456.909
Comercial	70.599	67.492	81.082	87.871
Industrial	965	932	77.565	77.796
Órgãos públicos.....	4.921	4.643	38.247	44.488
Outras receitas do fornecimento de água			1.307	3.715
	924.423	897.144	679.095	670.779

Serviços de esgotamento sanitário

Residencial	503.929	485.462	223.528	211.718
Comercial	45.307	42.691	49.722	55.018
Industrial	537	544	5.618	4.628
Órgãos públicos.....	2.263	2.095	14.838	20.145
Outras receitas dos serviços de esgoto				138
	552.036	530.792	293.706	291.647
			972.801	962.426

(-) Deduções da receita

Pasep.....			(16.222)	(16.143)
Cofins			(74.952)	(74.736)
			(91.174)	(90.879)
Total.....			881.627	871.547

tributária vigente. Em 31/12/2020 foi apurado o valor de R\$ 3.884 (R\$ 3.927 em 31/12/2019).

24.7. Participação dos empregados nos lucros da Companhia

A Administração da Companhia, em consonância com o Estatuto Social, artigo 33, letra "d" do Estatuto Social da CESAN, distribuiu a seus empregados um percentual do lucro líquido do exercício, como participação dos empregados nos lucros, intitulado Gestão Empresarial por Resultados (GER).

A GER consiste num programa interno de avaliação de desempenho baseado na Lei nº 10.101/2000, alterado pela Lei nº 12.832/2013 e aprovado pela Deliberação nº 4.609/2019 de 17/12/19.

A cláusula sétima do "Acordo para Participação dos Resultados" firmado entre a CESAN e o Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente do Espírito Santo (Sindaema) define que: (i) A parcela a ser distribuída a título de participação será definida pelo alcance das metas de desempenho estabelecidas para o período, proporcional ao salário-base do empregado, limitado ao montante equivalente ao valor de 11% do lucro líquido da empresa, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis. (ii) A CESAN se compromete a partilhar até 8% do lucro líquido da empresa, conforme tabela VIII, observada a Lei 6.404/76, em especial o artigo 190, e demais regras contábeis aplicáveis, de forma linear, como parcela excedente, considerando-se as demais regras de apuração proporcional estabelecidas no presente regulamento e os descontos individuais.

A Companhia destinou do resultado apurado em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 7.913 (R\$ 13.332 em 31 de dezembro de 2019) para fazer face a esse compromisso.

Participação dos empregados	31.12.2020	31.12.2019
Início do exercício.....	13.332	13.290
Pago no exercício	(12.963)	(13.124)
Constituído no exercício.....	7.544	13.166
Final do exercício.....	7.913	13.332
Lucro de exercício	197.527	202.966
Reversão da GER.....	7.544	13.166
Lucro após reversão da GER.....	205.071	216.132
Reversão da CSLL sobre a GER.....	(10.308)	(11.465)
Lucro do exercício para GER.....	194.763	204.667
Recálculo benefício fiscal (JSCP)	3.407	5.947
Lucro para distribuição	198.170	210.614
Valor máximo a distribuir - 8%	15.854	16.849

25.1 Faturamento com partes relacionadas

As receitas por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário para órgãos vinculados ao Estado do Espírito Santo e aos municípios são abaixo demonstradas.

Nome	31.12.2020	31.12.2019
Órgãos públicos estaduais	25.124	27.793
Órgãos públicos municipais	16.592	23.918
Total geral	41.716	51.711

26. CUSTOS DE SERVIÇOS PRESTADOS

	31.12.2020	31.12.2019
Despesas com pessoal	(122.677)	(116.936)
Despesas com materiais	(23.342)	(20.564)
Despesas com serv. terceiros	(133.662)	(134.085)
Depreciação/amortização	(95.449)	(92.397)
Energia elétrica	(94.115)	(96.028)
	(469.245)	(460.010)

27. RESULTADO FINANCEIRO

As receitas e despesas financeiras estão demonstradas como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Receitas de juros e acréscimos	15.090	22.797
Receitas financ. de ganho com aplicações	7.603	13.579
Outras receitas financeiras	108	716
	22.801	37.092
Despesas com juros e demais encargos de financiamentos	(14.061)	(14.865)
	(14.061)	(14.865)
	8.740	22.227

28. DESPESAS COMERCIAIS

As despesas comerciais estão demonstradas como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Despesas com pessoal	(21.892)	(22.096)
Despesas com materiais	(78)	(95)
Despesas com serv. de terceiros	(40.266)	(39.518)
Perdas no recebimento tarifas	(44.372)	(46.423)
Reversão de perdas	-	47.777
Outras despesas	(209)	(889)
	(106.817)	(61.244)

29. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2020	31.12.2019
Despesas com pessoal	(64.959)	(59.412)
Despesas com materiais	(2.456)	(3.533)
Despesas com serv. de terceiros	(24.144)	(23.156)
Outras despesas	(4.311)	(6.837)
Despesas tributárias	(10.277)	(10.847)
	(106.147)	(103.785)

30. OUTRAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	31.12.2020	31.12.2019
Subvenções para investimentos	3.883	3.927
Venda de bens do imobilizado	1.519	-
Vistorias e obras encomendadas	293	250
Pequenas receitas eventuais	1.132	798
Constituição de provisões	(21.122)	(67.396)
Reversão de provisões	9.484	7.536
Custo de bens baixados	(1.193)	(465)
	(6.004)	(55.350)

31. CONCILIAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal da contribuição social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	31.12.2020	31.12.2019
Resultado antes dos impostos	197.527	202.966
Juros sobre capital próprio	(88.000)	(87.600)
Base de cálculo	109.527	115.366
Adições	1.348	2.783
Exclusões	(3.883)	(3.927)
Lucro real	106.992	114.222

	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Imposto de renda e contribuição social ..	-	9.629	-	10.280
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	-	9.629	-	10.280

Efeitos fiscais incidentes sobre:

- Prejuízos fiscais	(1.677)	-
- Expurgos de princípios contábeis - RTT...	-	(42)
- IRRF / CSRF	-	(34)
Imposto de renda e contribuição social - despesa efetiva	- 7.910	- 15.865
Alíquota efetiva	7,22%	13,75%

32. SEGUROS

A Companhia celebrou contrato de Seguro de Garantia Judicial com a finalidade de garantir valores que seriam depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais nas esferas cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais. Em 31/12/2020 existem 12 apólices representando 12 processos judiciais no montante de R\$ 3.709 com a seguradora Junto Seguros.

A Companhia celebrou contrato com a Berkeley International do Brasil Seguros S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da CESAN (D & O - Directors and Officers) com abrangência nacional, tendo como limite máximo de indenização de R\$ 20.000, com vigência do contrato por 365 dias e encerramento em 30/07/2021.

A Companhia celebrou contrato com a empresa Gente Seguros, cujo objeto é a prestação de serviços de seguro de vida em grupo, contemplando cobertura de indenizações referentes à morte natural ou acidental, invalidez permanente por acidentes ou doença funcional, destinado aos empregados ativos e dirigentes da CESAN, conforme estabelecido na Cláusula Décima Nona do Acordo Coletivo 2019/2020 (ACT). Em 31/12/2020 existem 1.305 empregados cobertos pelo seguro. O valor do prêmio para morte natural é de R\$ 45 e para morte acidental R\$ 90. No caso de doença ou acidente em que o empregado tiver seqüela permanente de alguns dos membros do corpo, o valor é calculado de acordo com a tabela da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

33. COMPROMETIMENTO DE CAPITAL

A Companhia assinou contratos para construção de novos empreendimentos em que as obrigações são contabilizadas à medida em que os serviços são executados. Listamos a seguir os valores a vencer dos principais contratos com empreiteiros e fornecedores em aberto em 31 de dezembro de 2020:

	Faixas de vencimento (i)			
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Saldo em 30/12/2020				
Comprometimento de capital	336.009	212.570	198.155	1.373.261

34. COVID-19

Em 11/03/2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o mundo estava diante da pandemia da Covid-19, doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. A partir dessa notícia e dos inúmeros casos que surgiam diariamente em todo o mundo, ocorreu uma grande volatilidade nos mercados nacional e internacional.

Em 19 de março de 2020 a Companhia suspendeu o atendimento presencial nos escritórios de atendimento e a partir de 27 de abril retornou o atendimento presencial mediante agendamento.

A partir do dia 19/03/2020 foram suspensas todas as ações de corte de fornecimento de água, medida que durou até o mês de junho, tendo as ações de corte efetivamente recomçado no final de julho/2020. Quase 5 mil ligações de água deixaram de ser cortadas nesse período. Considerando que cada uma pode atender mais de uma família, um número significativo de pessoas não tiveram os serviços interrompidos por débitos.

As famílias beneficiárias do Bolsa Família, Bolsa Capixaba, BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social), programa Minha Casa Minha Vida - Faixa I e programa Minha Casa Minha Vida - Entidades - Recursos FDS possuem direito ao benefício da Tarifa Social, que concede até 60% de desconto nas tarifas de água e esgoto. Durante os meses de março, abril e maio de 2020 os clientes nessa condição receberam a isenção de 100% das faturas, totalizando um benefício para mais de 25 mil famílias no valor total da ordem de R\$ 2,9 milhões. Assim, mais de 25 mil famílias beneficiárias da Tarifa Social foram isentas de pagar suas contas de água durante 90 dias.

Durante a pandemia, entre março e dezembro de 2020, a CESAN promoveu ações que ampliaram o benefício da Tarifa Social de 25 mil para aproximadamente 36 mil famílias, trazendo para mais de 10 mil famílias um desconto significativo nas faturas de água e esgoto.

Ainda em 2020, as condições especiais para negociação de débitos em feirões foram ampliadas para todos os clientes da CESAN durante todo o período da pandemia. Essas condições isentaram os clientes da cobrança de juros e multas dos débitos em atraso e possibilitaram o parcelamento das dívidas sem juros. Essas medidas continuam valendo para o exercício de 2021, enquanto durar a pandemia.

A Companhia implementou uma série de medidas administrativas de prevenção para que seus empregados não fossem expostos aos riscos trazidos pela Covid-19 como: (a) trabalho em *home office* para aqueles que exercem suas funções na área administrativa; (b) restrições de viagens para fora dos locais de trabalho, notadamente para fora do estado; (c) antecipação da campanha de vacinação contra a gripe; (d) implantação de reuniões virtuais e (e) antecipação de férias e outras medidas trabalhistas possíveis para o pessoal não operacional, dentre outras medidas.

No que tange às atividades da Companhia e pensando na saúde e no bem-estar dos empregados, foram adquiridas 10.000 máscaras não profissionais de tecido (laváveis) para distribuição de 6 unidades para cada empregado e 4 unidades para cada estagiário e menor aprendiz, com divulgação das orientações para uso e higienização das mesmas.

Considerando a descentralização da Companhia e que parte significativa dos empregados está em trabalho *home office*, todos os empregados que apresentam sintomas são avaliados pela Medicina do Trabalho e, em caso de necessidade, são encaminhados para realização de teste pela rede credenciada do plano de saúde.

Como medidas para preservar a saúde dos empregados que são essenciais presencialmente, a Companhia intensificou as ações de limpeza e higienização dos locais de trabalho, a disponibilização de álcool em gel e o distanciamento com a saída para trabalho remoto de todos os empregados com atividade compatíveis com essa metodologia.

Outra ação foi a parceria com o plano de saúde, que disponibilizou para todos os empregados um canal de atendimento para acompanhamento de sintomas e esclarecimentos sobre a Covid-19.

Portarias nº 139 e nº 245 e MP 927/2020

A Companhia adotou as portarias nº 139 e 245, que prorrogaram o prazo para recolhimento de tributos PIS/COFINS e Contribuições Previdenciárias patronal para as competências março, abril e maio de 2020 para o mesmo prazo de vencimento das competências julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente. Ato contínuo, também adotou o parcelamento do FGTS conforme previa a legislação.

35. REAJUSTE TARIFÁRIO

A data base do reajuste tarifário da Companhia é o mês de agosto de cada ano, entretanto, em virtude da pandemia da Covid-19, o reajuste tarifário no exercício de 2020 foi prorrogado para o dia 1º de dezembro de 2020, com índice de 2,97%, conforme Resolução ARSP-ES nº 043/2020 de 27/10/2020.

A ARSP-ES está em processo de implantação da Metodologia de 1ª Revisão Tarifária para o setor de saneamento básico do Estado, e a Companhia vem participando com contribuições nas consultas e audiências públicas.

36. NOVO MARCO REGULATÓRIO

Em 15/07/2020 foi publicada a lei nº 14.026/2020, que altera a Lei 11.445/2007 (marco regulatório do saneamento básico). A lei traz inovações importantes em relação à legislação anterior como a atribuição para a Agência Nacional de Águas (ANA) de órgão regulador do setor em nível nacional; a exigência de universalização dos serviços para 99% de atendimento para água e 90% para esgoto até o ano de 2033; novas condições para a prestação dos serviços, como metas para redução de perdas; obrigatoriedade de indenização prévia de investimentos não amortizados na transferência de um prestador dos serviços para outro; obrigação de licitação para todos os novos contratos a partir de sua publicação, dentre outras.

O presidente da República vetou vários artigos constantes da lei aprovada pelo Congresso Nacional, dentre eles o art. 16 que permitia às companhias estaduais renovarem contratos de programa até o ano de 2022 por mais 30 anos sem necessidade de licitação. Em 17/03/2021 a Câmara dos Deputados manteve os vetos presidenciais na íntegra.

Das 53 concessões operadas pela Companhia apenas sete não foram renovadas de acordo com a Lei 11.445/2007, que corresponde a 2,4% do faturamento total da CESAN. Entretanto, a Companhia mantém a prestação de serviços de saneamento básico nestes municípios até a vigência do contrato existente ou até que ocorram novos eventos para devolução das concessões ou assinatura de um novo contrato de concessão através do resultado da licitação.

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Aurélio Linhalis

Diretor Presidente

Weydson Nascimento Ferreira

Diretor Administrativo e Comercial

Rodolpho Gomes Có

Diretor Operacional

Pablo Ferrazo Andreão

Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico

Carlos Aurelio Linhalis

José Marcos Travaglia

Marcelo Campos Antunes

Fabiano Venturim Canal

José Alves Paiva

Pedro Meneguetti

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza

Davi Diniz de Carvalho

Manoel Virgílio Araújo

CONTADOR

Reginaldo José de Castro | CRC/ES 11475-O

GERENTE FINANCEIRO E CONTÁBIL

Edmar José Zorzal | CRC-ES 6664-O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES ACERCA DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2020

Aos **Acionistas, Conselheiros, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**
CNPJ Nº 28.151.363/0001-47

Av. Governador Bley, 186, Edifício BEMGE, 3º Andar, Centro - CEP: 29.010-150 - Vitória/ES - site: www.cesan.com.br

Prezados Senhores,

1) Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ESPÍRITO-SANTENSE DE SANEAMENTO - CESAN** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2) Base para Opinião sem Ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à CESAN, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

3) Principais Assuntos de Auditoria

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) são aqueles que reputamos de maior relevância em função de sua materialidade financeira ou sua complexidade operacional, conforme o caso, a partir de nosso julgamento profissional, os quais foram considerados os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras tomadas em conjunto com as notas explicativas e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

3.1) Reconhecimento de Valores a Faturar

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 06, a **CESAN** reconhece mensalmente como receita operacional valores referentes a serviços prestados e não faturados aos usuários finais ("Valores a Faturar"). Uma vez que o faturamento é efetuado em uma base cíclica, que muitas vezes não coincide com os fechamentos mensais, a **CESAN** adota estimativas que incluem informações como média de consumo obtida na última leitura dos hidrômetros a ser atribuída a cada usuário para o período compreendido entre a data de leitura e o encerramento contábil, e atribuída a cada segmento de operação da Companhia.

Levando em consideração o montante envolvido, e o grau de julgamento da Administração na preparação dessa estimativa, entendemos que existem riscos relevantes referentes ao reconhecimento da receita em período incorreto e/ou risco de distorção relevante às demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o entendimento dos controles internos implementados pela **CESAN** sobre o processo de reconhecimento de receita, com foco no entendimento da metodologia utilizada para cálculo da estimativa de valores a faturar. Além disso, efetuamos recálculo da estimativa de faturamento, que resultou nos saldos reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas de reconhecimento dos valores a faturar da **CESAN** são apropriadas para suportar os julgamentos feitos e as informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

3.2) Provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas

Conforme divulgado na nota explicativa 18, a CESAN é parte envolvida em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perdas são avaliadas periodicamente pela Administração, que leva em consideração a opinião dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

Algumas leis e regulamentos no Brasil tem elevado grau de complexidade, o que aumenta o risco inerente ao litígio. Assim sendo, a avaliação da exposição, a mensuração, o reconhecimento e a divulgação das provisões e passivos contingentes relativos a esses processos requerem significativo julgamento profissional, o que pode resultar em mudanças substanciais nos saldos das provisões quando fatos novos surgem ou à medida que os processos são analisados em juízo, conforme ocorrido neste exercício.

Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da Administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da Administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, envio de cartas de circularização para os advogados na data base de 31 de dezembro de 2020, análise histórica e comparativa de causas similares, pesquisa através de inteligência robótica que busca pelo CNPJ (MF) diretamente junto aos "sítios" dos diversos Tribunais, registro de ações impetradas por ventura ainda não citadas ao polo passivo para cotejamento da efetividade operacional e implementação dos controles internos relacionados à identificação, à avaliação, à mensuração e à divulgação das Provisões e Passivos Contingentes.

Supletivamente, com base em testes de substância e de observância, avaliamos a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da avaliação dos critérios e das premissas utilizadas e metodologia de mensuração, considerando ainda a avaliação dos assessores jurídicos da **CESAN**, bem como mediante dados e informações históricas acerca de mérito e jurisprudência a serem considerados.

Este trabalho incluiu também analisar se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com as regras aplicáveis, segundo o arcabouço normativo do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, notadamente a NBC TG 25(R2), e se fornecem informações sobre a natureza, a exposição e os valores provisionados ou divulgados, relativos aos principais assuntos fiscais, cíveis e trabalhistas em que a Companhia está envolvida.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre as provisões para demandas judiciais - tributárias, cíveis e trabalhistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e as premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 18, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis.

3.3) Planos de benefícios pós-emprego

Conforme Nota Explicativa nº 19, a Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, que inclui planos de benefício definido e contribuição definida, administrados pela FAECES - Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN, entidade fechada de previdência complementar, concedidos a colaboradores e ex-colaboradores, que envolvem a necessidade de utilização de uma adequada base de dados e a determinação de premissas com significativo grau de subjetividade, tais como: taxas de desconto e de inflação, crescimento dos custos médicos, e taxas de permanência e de mortalidade. A apuração dos passivos atuariais é determinada a partir de laudos emitidos pelo seu atuário. As informações sobre ativos e passivos do plano, bem como

os critérios de mensuração das obrigações, estão descritas na nota explicativa supracitada.

O assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, considerando o montante envolvido, e o alto grau de complexidade na determinação das premissas e no julgamento associado à determinação dos passivos atuariais. Variações nas premissas utilizadas, como mortalidade, rotatividade, taxas de desconto e inflação, podem afetar significativamente os passivos reconhecidos pela Companhia.

• Como nossos auditores abordaram esse assunto?

Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, os seguintes procedimentos: Com o auxílio de nossos especialistas atuários, obtivemos entendimento das metodologias e dos julgamentos utilizados pela administração na determinação das premissas aplicadas ao cálculo das obrigações e sua consistência com os parâmetros de mercado.

Realizamos análises de sensibilidade considerando diferentes cenários das principais premissas utilizadas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que as estimativas utilizadas no reconhecimento de passivos atuariais da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos e as informações incluídas nas demonstrações contábeis como um todo.

4) Outros Assuntos

4.1) Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações contábeis acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09.

Demonstração do Valor Adicionado

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo critérios definidos no referido pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto.

4.2) Relatório da Administração

A administração da **CESAN** é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido, não temos nada a relatar.

4.3) Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas exclusivamente para fins de comparabilidade, foram examinadas por nós, cujo Relatório de Auditoria foi emitido em 13 de abril de 2020.

5) Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **CESAN** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **CESAN** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **CESAN** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

6) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **CESAN**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **CESAN** a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória/ES, 13 de abril de 2021

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O – CNAI/PJ nº 029– CVM nº 12327

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 "S" ES

Sócio Sênior – CNAI 1552

Phillipe de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 028157/O-2 "S" ES

CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira

Contador - CRC/PE 021100/O-8 "S" ES

CNAI 4850

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN, dentro de suas atribuições, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta para Destinação dos Lucros do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, baseados nos documentos examinados, nas informações recebidas da Adminis-

tração e no Relatório dos Auditores Independentes Audimec Auditores Independentes, datado de 13 de abril de 2021, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN, manifestando-se favoráveis e recomendando neste sentido a sua aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

Vitória, ES, 16 de abril de 2021.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Davi Diniz de Carvalho
Conselheiro

Manoel Virgílio Araújo
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2020

Os abaixo assinados, na qualidade de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN, dentro de suas responsabilidades legais, procederam aos exames do Relatório de Administração, das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, baseados nos documentos examinados, nas

informações recebidas da Administração e no Relatório dos Auditores Independentes emitidos pela Audimec Auditores Independentes, sem ressalvas, datado de 13 de abril de 2021, são de opinião que os mesmos refletem em todos os seus aspectos materiais a posição patrimonial e financeira da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN.

Vitória, 20 de abril de 2021.

Rafael Grossi Gonçalves Pacífico
Presidente do C.A.

José Marcos Traváglio
Conselheiro

Marcelo Campos Antunes
Conselheiro

Carlos Aurélio Linhalis
Conselheiro

José Alves Paiva
Conselheiro

Fabiano Venturim Canal
Conselheiro

Pedro Meneguetti
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO – 2020

Aos Conselheiros de Administração da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN

1) APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAU) da Companhia Espírito-Santense de Saneamento – CESAN é órgão previsto no Estatuto Social, conforme aprovação na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas de 31/07/2017, instalado por decisão tomada na 884ª Reunião do Conselho de Administração de 26 de abril de 2018 (Deliberação 4426/2018), sendo composto por três membros externos que não compõe o Conselho de Administração.

O CAU é órgão estatutário colegiado, permanente, consultivo e com autonomia operacional, auxiliar ao Conselho de Administração, ao qual se vincula. As funções e responsabilidades do Comitê são desempenhadas em cumprimento às previsões legais aplicáveis, disposições estatutárias e as definições de seu Regimento Interno, revisto pelo processo interno 2020.011623, aprovado pelo Conselho de Administração na 924ª reunião de 28/07/2020.

Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário da CESAN, na forma do art. 24 da Lei 13.303/2016:

- I - opinar sobre a contratação e destituição de auditor independente;
- II - supervisionar as atividades dos auditores independentes, avaliando sua independência, a qualidade dos serviços prestados e a adequação de tais serviços às necessidades da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- III - supervisionar as atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

IV - monitorar a qualidade e a integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista;

V - avaliar e monitorar exposições de risco da empresa pública ou da sociedade de economia mista, podendo requerer, entre outras, informações detalhadas sobre políticas e procedimentos referentes a:

- a) remuneração da administração;
- b) utilização de ativos da empresa pública ou da sociedade de economia mista;
- c) gastos incorridos em nome da empresa pública ou da sociedade de economia mista;

VI - avaliar e monitorar, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas;

VII - elaborar relatório anual com informações sobre as atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações do Comitê de Auditoria Estatutário, registrando, se houver, as divergências significativas entre administração, auditoria independente e Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras;

VIII - avaliar a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão, quando a empresa pública ou a sociedade de economia mista for patrocinadora de entidade fechada de previdência complementar.

§ 2º O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir meios para receber denúncias, inclusive sigilosas, internas e externas à empresa pública ou à sociedade de economia mista, em matérias relacionadas ao escopo de suas atividades.

§ 3º O Comitê de Auditoria Estatutário deverá se reunir quando necessário, no mínimo bimestralmente, de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

§ 4º A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão divulgar as atas das reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário.

§ 5º Caso o Conselho de Administração considere que a divulgação da ata possa pôr em risco interesse legítimo da empresa pública ou da sociedade de economia mista, a empresa pública ou a sociedade de economia mista divulgará apenas o extrato das atas.

§ 6º A restrição prevista no § 5º não será oponível aos órgãos de controle, que terão total e irrestrito acesso ao conteúdo das atas do Comitê de Auditoria Estatutário, observada a transferência de sigilo.

§ 7º O Comitê de Auditoria Estatutário deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração, para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

Destaca-se que o CAU – CESAN, em atenção às atribuições legais e em apoio ao Conselho de Administração, avalia, ainda, a razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pelo fundo de pensão da Fundação Assistencial dos Empregados da CESAN – Faeces, incluído o Plano Assistencial.

Igualmente, acompanha os trabalhos da auditoria externa, que, no ano de 2020, foi junto à empresa Audimec Auditores Independentes SS – EPP responsável pelo exame e pela emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras dos exercícios 2019 e 2020.

Nas áreas de Controles Internos (Coordenadoria de Riscos e Conformidade – P-CRC) e de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia (Gerência Financeira e Contábil – A-GFC), acompanha e supervisiona a área de Auditoria Interna (Auditoria – C-AUD), também subordinada ao Conselho de Administração, conforme o Manual Organizacional e demais normativos da CESAN.

As avaliações do CAU se baseiam nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento, em apoio ao C.A./CESAN.

2) ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO EM 2020

O CAU, em sua composição original conforme eleição em 28 de abril de 2020, reuniu-se em diversas reuniões próprias no exercício social de 2020, tendo havido, conforme registros internos, participação de membros diversos da administração da Companhia (Diretores, Gerentes, Coordenadores, dentre outros), além de auditores internos e independentes, conforme convites realizados pelo CAU.

Dado o amadurecimento do Comitê, em seu quarto ano de atuação na Companhia, bem como o aprofundamento nos temas ligados à atuação da CESAN, o CAU desenvolveu um intenso processo de discussão dos negócios da empresa, inclusive com participação em reuniões de trabalho com unidades internas e partes interessadas, como Auditoria Interna e Agência de Regulação de Serviços Públicos do Estado do Espírito Santo (ARSP).

Nesse sentido, ao longo de 2020, o CAU realizou 17 reuniões próprias, contando, de acordo com os assuntos tratados, com participação de membros diversos da administração da Companhia, sendo possível citar C-AUD, A-GFC, P-CRC, A-GTI, A-DFI, A-DCC e a auditoria contratada Audimec.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados com demonstrações financeiras, processos contábeis, supervisão das atividades dos auditores independentes e avaliação de sua independência, qualidade dos serviços prestados e adequação de tais serviços às necessidades da Companhia; supervisão das atividades desenvolvidas nas áreas de controle interno, de auditoria interna e de elaboração das demonstrações financeiras; monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controle interno, das demonstrações financeiras e das informações e medições divulgadas pela Companhia; avaliação e monitoramento das exposições de risco da Companhia, com análise/utilização de dados sobre remuneração da administração, utilização de ativos da Companhia ou gastos incorridos em nome da Companhia; avaliação e monitoramento, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, da adequação das transações com partes relacionadas; e avaliação da razoabilidade dos parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais, bem como o resultado atuarial dos planos de benefícios mantidos pela Faeces e da gestão de riscos e de controles internos.

Os membros do CAU também compareceram a 12 reuniões ordinárias do Conselho de Administração da Companhia, a fim de atender possíveis demandas dos conselheiros em relação aos processos analisados pelo CAU e tratamento dos itens componentes de suas atividades, com discussão de relatórios e comentários a respeito das demonstrações financeiras e dos controles internos.

As atas das reuniões do CAU são distribuídas nas reuniões do Conselho de Administração, ocasião em que, de acordo com sugestões e demandas do Conselho, os membros do CAU relatam e enfatizam aos conselheiros os assuntos mais relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAU. Os extratos das atas, após avaliação do Conselho, são disponibilizados no site da CESAN.

As principais atividades realizadas, no ano de 2020, foram:

- a) Acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pela administração da Companhia, bem como do Plano de Ação para melhoria das atividades da Auditoria Interna;
- b) Discussão e avaliação dos trabalhos da auditoria independente para o exercício social de 2020, dos níveis de relevância e das áreas de risco por eles identificadas, bem como da sua satisfação na obtenção de evidências sobre as principais operações da Companhia;
- c) Monitoramento das recomendações expedidas pelo CAU, bem como do tratamento das demandas levantadas pelos trabalhos de Auditoria Independente;
- d) Conhecimento e avaliação do planejamento dos trabalhos da Auditoria Interna para o exercício social de 2021;
- e) Acompanhamento do sistema de controles internos e das medidas aplicadas para gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos, auditores independentes e membros da administração da CESAN;
- f) Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, mediante reuniões com os administradores da Companhia (C-AUD, A-DCC, A-GFC) e auditores independentes;

- g) Discussão sobre os aspectos qualitativos/quantitativos das Demonstrações Financeiras de 31/12/2020 e análise dos comentários dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- h) Avaliação de proposta para desenvolvimento de diagnóstico de controles internos, a fim de desenvolver eventual escopo para contratação de consultoria para implementação de sistema de gerenciamento de riscos e melhoria dos procedimentos de auditoria interna;
- i) Reuniões com a C-AUD, A-GFC e P-CRC a fim de análise das recomendações, bem como dos relatórios e trabalhos de auditoria e controles internos, além de participação em reuniões do Conselho de Administração, promovendo orientações e sugestões diversas conforme registros nas atas do CAU;
- j) Em relação à exposição de risco da Companhia, em 19 de março de 2020, na 37ª reunião do CAU foram discutidos com os gestores da Divisão de Finanças, Gerência Financeira e Contábil e Gerência da Tecnologia da Informação, normativos que tratam da gestão dos riscos cibernéticos da CESAN;
- k) Em relação à adequação das transações com partes relacionadas, a avaliação realizada com base nas informações constantes do Balanço 2020, nos moldes da política de transações com partes relacionadas, estão de acordo com as regulamentações da empresa, devidamente pautadas na Política de Transações com Partes Relacionadas e outras situações de conflito de interesse (INS. 009.00.2018).
- l) Aprovação de propostas do Plano Anual de Trabalho do CAU para 2021.

Recomendações para melhorias nos processos de negócios

Nas discussões do CAU com o Conselho de Administração, bem como com as unidades internas de auditoria e contabilidade, foi ressaltada a necessidade de elaboração e/ou monitoramento de Planos de Ação para tratamento de itens recomendados pela Auditoria Independente ou mesmo pelo próprio comitê, conforme registros em atas das reuniões e encaminhamentos específicos.

A unidade de Auditoria Interna manteve intensa interação com o CAU, reportando periodicamente o andamento das atividades e o monitoramento dos assuntos afetos aos controles internos.

3) AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

Os membros do CAU mantiveram contato periódico com a Coordenadoria de Riscos e Conformidade, acompanhando o processo de desenvolvimento dos procedimentos para controles internos, tendo avaliado escopo de serviços de diagnóstico de controles internos, a fim de avaliação de estágio da CESAN com relação a ferramentas de auditoria interna, gerenciamento de riscos e conformidade para permitir melhor definição de requisitos para constar em eventual contratação de consultoria para a implementação de processo de gerenciamento de riscos.

Observou-se melhoria nos controles sobre aplicação do Código de Conduta e Integridade e monitoramento do canal de denúncias.

4) AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

Nos diálogos dos membros do CAU com as auditorias interna e independente foram apreciados seus planejamentos de trabalho e conhecidos os seus resultados, conclusões e recomendações, tendo sido acompanhados pelo CAU, conforme registros em atas e encaminhamentos específicos, as providências para melhorias ou correções necessárias, inclusive com monitoramento de Planos de Ação específicos e tratamento de recomendações expedidas pelo Comitê.

5) AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As revisões das demonstrações contábeis dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro foram praticadas com os responsáveis por sua elaboração e com os auditores independentes, tendo havido discussões sobre as recomendações em cada período e definição de plano de ação para consolidação de entendimento ou tratamento de eventuais itens passíveis de melhoria. As Demonstrações Financeiras do trimestre findo em 31.03.2020 foram tratadas na ata da 42ª reunião e as Demonstrações Financeiras do 2º e 3º trimestres de 2020 foram tratadas na ata da 47ª reunião.

O procedimento deverá ser adotado também para a demonstração anual para o ano findo em 31 de dezembro de 2021.

6) CONCLUSÕES

As opiniões e os julgamentos do CAU repousam nos dados e nas informações que lhe são apresentadas pela Administração da Companhia (em especial as áreas Financeira e Contábil, Gestão de Riscos e Auditoria Interna) e da Auditoria Independente.

Com relação à Auditoria Independente, o CAU não identificou situação que pudesse afetar sua independência e objetividade em relação à CESAN, bem como não tem conhecimento, até o momento, de quaisquer divergências significativas entre a Administração, os Auditores Independentes e o próprio CAU.

Quanto à estrutura de controles internos e à gestão de riscos, o CAU considera haver um planejamento satisfatório para a implementação dos mecanismos de gerenciamento de riscos, considerando o porte e a complexidade dos negócios da Companhia, sugerindo atenção especial à eventual alocação de recursos na contratação de consultorias externas especializadas ou estruturação interna, voltadas especialmente à melhoria dos processos de medição e monitoramento, uma vez que os riscos corporativos já vem sendo identificados pela Companhia.

Com relação à Auditoria Interna, os resultados de sua atuação no transcorrer de 2020, vinculados a Plano de Auditoria e Plano de Ação de Melhorias, aprovados pelo CAU e pelo Conselho de Administração, não revelaram desvios ou falhas insanáveis nos procedimentos relacionados com a efetividade dos controles internos adotados pela Companhia, havendo aderência das medidas adotadas e registradas pelas unidades da Companhia às políticas e práticas estabelecidas pela Administração e ao atendimento de normas e regulamentos aplicáveis à atividade.

O CAU ressalta que, apesar de reconhecer a existência de uma gama de normas internas e procedimentos internos existentes, verifica-se que grande parte das considerações apontadas pela auditoria interna são consequentes da inobservância destas normas.

Tem sido apontada a necessidade de observância destas normas, atualizando-as ou até mesmo reciclando os usuários diretos. Observa-se também a necessidade de melhoria no conjunto de ações que dependam dos respectivos fiscais de forma a uma atuação mais preventiva.

Após a apreciação das demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, bem como do parecer emitido pela Audimec Auditores Independentes, datado de 13/04/2021, sem ressalvas, o CAU recomenda, por último, a aprovação das referidas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração da Companhia.

Vitória, 14/04/2021.

Leonardo de Resende Dutra

Pedro Ivo da Silva

Wilma Chequer Bou Habib